

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Rita Boechat e Oliveira

**OS REDEIROS: mobilidade e comércio ambulante**

Belo Horizonte

2018

Rita Boechat e Oliveira

**OS REDEIROS: mobilidade e comércio ambulante**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Candice Vidal e Souza

Área de concentração: Cultura, identidades e modos de vida

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48r Oliveira, Rita Boechat e  
Os redeiros: mobilidades e comércio ambulante / Rita Boechat e Oliveira.  
Belo Horizonte, 2018.  
86 f.: il.

Orientador: Candice Vidal e Souza  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Vendedores de rua - Tecelagem. 2. Vendedores ambulantes - Tecelagem. 3. Integração social - Vendedores. 4. Economia urbana. 5. Setor informal (Economia). I. Souza, Candice Vidal e. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.18

Rita Boechat e Oliveira

**OS REDEIROS: mobilidades e comércio ambulante**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Candice Vidal e Souza

Área de concentração: Cultura, identidades e modos de vida

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Candice Vidal e Souza - PUC Minas (Orientadora)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Marcela Ardila Pinto – UFMG (Banca Examinadora)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juliana Gonzaga Jayme - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) por ter me aceito e proporcionado conhecimento suficiente para a produção desta pesquisa. Pela parceria, pela troca intelectual e afetuosa, por me encaminhar e instruir nos rumos dessa pesquisa, por me instigar a ir em busca dos redeiros e por confiar na minha construção, meus agradecimentos especiais à minha orientadora Candice Vidal e Souza.

Agradecimentos sinceros e afetuosos aos personagens dessa pesquisa, Jonas por ter acolhido minha fala e acreditado na pesquisa e aos demais redeiros que participaram. Rosa e Seu Belarmino que me fizeram conhecer o bairro onde moram os redeiros e me acompanharam e ajudaram no início da construção do campo.

Agradeço também todo apoio dado pela minha família, Sônia Boechat, Genival Oliveira e Fábio Boechat, a companhia de vocês me faz construir a vida. Com muito amor e admiração agradeço meu companheiro Luiz Silva pela parceria, apoio constante e as conversas sem fim. Nesse sentido, estendo meu carinho a minha sogra Dirce Martins que me acolheu em todos os momentos que precisei.

Aos meus amigos de mestrado, Rafael Aquino por ter me indicado a praça onde os redeiros saíam pela manhã, Regina Moura, Pablo Candido, Hernani Passos por estarem sempre ao meu lado acreditando no trabalho. Ao meu grande amigo Philippe Albuquerque que me ajudou na construção do mapa e da apresentação.

*“Voltei para rever a terra que fui nascido e criado.  
Nada eu vi do que deixei, mas fiquei inconformado!  
Chorei buscando lembrança nas recordações do passado.  
E também chorei magoado vendo a casinha singela.  
Meus pais e meus irmãos não moram mais dentro dela.  
É triste entrar numa casa sem ninguém morando nela.  
Foi quando eu voltei”*

(Geraldo, 56 anos, nome fictício de um redeiro participante desta pesquisa)

*“Morar, morar mesmo a gente fixa é na Paraíba, mas a gente mora mais aqui do que lá, né?!  
Por que a gente passa um ano aqui e trinta, quarenta dias na Paraíba. A gente mora aqui e  
passeia lá.”*

(Genival, 41 anos, nome fictício de um redeiro participante desta pesquisa)

*“Olha, eu vou falar pra você, eu fico dividido, viu?! Porque assim, eu gosto do Rio Grande  
do Norte onde eu moro, eu gosto muito! Minha família lá. Mas eu gosto aqui do trabalho. Eu  
sei assim, minha casa é lá e cá!”*

(Guilherme, 28 anos, nome fictício de um redeiro participante desta pesquisa)

## RESUMO

Esta pesquisa trata sobre os deslocamentos que envolvem o modo de vida dos redeiros em Belo Horizonte e região metropolitana no que tange os processos de venda do circuito comercial dos objetos produzidos pelas tecelagens nordestinas. Os redeiros, assim autointitulados, trabalham como vendedores ambulantes e compõem o circuito comercial que envolve a distribuição de objetos oriundos de tecelagens localizadas na região limítrofe entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Esses objetos se distinguem entre redes, tapetes, mantas de sofá, roupas de cama, toalhas de mesa, pano de prato etc. A venda se dá no deslocamento a pé pelas cidades compondo o comércio ambulante nas cidades que abrigam. Durante o processo de distribuição e comercialização desses objetos os deslocamentos são construídos nas idas e vindas entre as tecelagens e o local de venda e nas vendas diárias entre cidades pela região metropolitana de Belo Horizonte. O circuito se desenvolve nacionalmente. Procurou-se observar como essa composição comercial se distingue de outras práticas análogas no intuito de dar sustentação à formulação de um circuito próprio dos redeiros. Para tanto, para que eu conseguisse me aproximar do circuito e dos vendedores lancei mão de entrevistas, buscando também acionar outros processos metodológicos no processo de vendas. Pode-se observar que o modo de vida dos redeiros, no que se refere à sua relação intrínseca com os movimentos de viagem, é atravessado pela circulação das mercadorias/objetos que compõem o circuito comercial das tecelagens de algodão nordestinas. Nesse sentido, interessa compreender as estratégias e práticas de mobilidade dos redeiros como composições do fluxo constitutivo desse circuito. Entendendo também que, não só os deslocamentos conformam os movimentos comerciais, mas são impulsionados conjuntamente a desejos e aspirações pessoais desses vendedores.

Palavras chave: mobilidade, circuito comercial, redes de dormir, redeiro, comércio ambulante, região metropolitana de Belo Horizonte, Paraíba, Rio Grande do Norte.

## ABSTRACT

This research deals with the displacements that involve the way of life of the redeiros in Belo Horizonte and metropolitan region in what concerns the processes of sale of the commercial circuit of the objects produced by the northeastern weavings. The redeiros, thus self-named, work as street vendors and make up the commercial circuit that involves the distribution of objects from weavings located in the border region between the states of Paraíba and Rio Grande do Norte. These objects distinguish between nets, rugs, sofa blankets, bedding, tablecloths, dish cloth etc. The sale takes place on foot by the cities composing the itinerant commerce in the cities that they house. During the process of distribution and marketing of these objects the displacements are built in the comings and goings between the weavings and the place of sale and in the daily sales between cities by the metropolitan region of Belo Horizonte. The circuit develops nationally. It was sought to observe how this commercial composition differs from other analogous practices in order to support the formulation of a circuit of the redeiros. To do so, so that I could get closer to the circuit and the sellers I used interviews, also trying to trigger other methodological processes in the sales process. It can be observed that the way of life of the workers, in relation to their intrinsic relation with the movements of travel, is crossed by the circulation of the merchandise / objects that compose the commercial circuit of the northeastern cotton weavings. In this sense, it is important to understand the mobility strategies and practices of the redeiros as compositions of the constitutive flow of this circuit. Understanding also that not only do the displacements conform the commercial movements, but are driven together with the personal desires and aspirations of these sellers.

Keywords: street vending, mobility, commercial circuit, hammocks, redeiro, metropolitan region of Belo Horizonte, Paraíba, Rio Grande do Norte.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das cidades citadas entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.	10
Figura 2 - Exemplos de rede e tapetes produzidos nas tecelagens nordestinas. ....	32
Figura 3 - Objetos do circuito empilhados no galpão do distribuidor. ....	33
Figura 4 - Objetos do circuito empilhados no galpão do distribuidor. ....	33
Figura 5 - Manta provavelmente produzida no Chile revendida pelos redeiros.....	34
Figura 6 - Manta provavelmente produzida no Chile revendida pelos redeiros.....	34
Figura 7 - Carrinho de transporte dos objetos de venda dos redeiros.....	44

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 METODOLOGIA E PERCURSO DE PESQUISA.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Construções metodológicas.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 A entrada em campo .....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 O paradigma da mobilidade e o objeto como estudo .....</b>	<b>28</b>
<b>2 A VIAGEM DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O MUNDO.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1 Chegando ao bairro .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2 O ramo, a viagem e a casa.....</b>	<b>39</b>
2.2.1 <i>Genival, 41 anos, Brejo do Cruz (PB).....</i>	39
2.2.2 <i>Gilson, 39 anos, Brejo do Cruz (PB).....</i>	42
2.2.3 <i>Jonas, 45 anos, Brejo do Cruz (PB) .....</i>	43
2.2.4 <i>Leonardo, 21 anos, João Pessoa (PB).....</i>	45
2.2.5 <i>Geraldo, 56 anos, São Bento (PB) .....</i>	46
2.2.6 <i>José Maria, 50 anos, Brejo do Cruz (PB) .....</i>	48
2.2.7 <i>Guilherme, 28 anos, Serra Negra do Norte (RN).....</i>	48
2.2.8 <i>João, 30 anos, Brejo do Cruz (PB).....</i>	49
2.2.9 <i>Luiz, 26 anos, Serra Negra do Norte (RN).....</i>	50
2.2.10 <i>Adilson, 28 anos, São Bento (PB).....</i>	51
<b>2.3 Ir para um canto e vender: essa é a vida. ....</b>	<b>52</b>
<b>2.4 O trecho e suas gradações .....</b>	<b>56</b>
<b>2.5 O caminho do sul .....</b>	<b>62</b>
<b>3 COMÉRCIO AMBULANTE E AS NEGOCIAÇÕES AO NÍVEL DA RUA. ....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 Vender nas ruas de Belo Horizonte e região metropolitana .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2 Fiscalização, negociações e ilegalismos. ....</b>	<b>72</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>84</b>

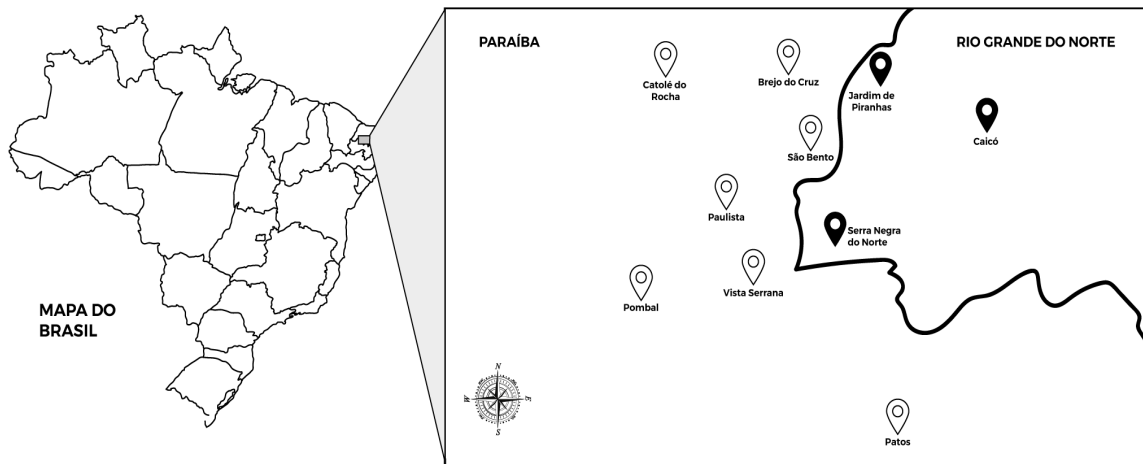
## INTRODUÇÃO

É comum observarmos pelas ruas de diversas cidades brasileiras vendedores ambulantes que comercializam objetos oriundos das tecelagens nordestinas. Objetos esses que se distinguem entre redes, tapetes, mantas de sofá, roupas de cama, toalhas de mesa, toalha de banho, pano de prato, dentre outros produtos familiares fabricados com linhas de algodão. A venda se dá no deslocamento a pé pela cidade, proporcionando a comercialização de pessoa a pessoa, de porta em porta, a busca pelo cliente se dá de forma direta. As unidades de venda podem ser transportadas através de um carrinho de mão onde são empilhadas e ficam à mostra, ou carregadas no ombro. Esses vendedores ambulantes são os mesmos que podemos observar, pelo litoral do país, vendendo esses mesmos objetos nas praias na época do verão. Cada época do ano, cada localidade em que se transita oferece diferentes possibilidades no ramo comercial. A andança provocada pela comercialização dos objetos oriundos das tecelagens nordestinas é o foco primordial dessa pesquisa, os deslocamentos no processo de venda, pela cidade e entre cidades, e a construção diária do ofício.

Em virtude da amplitude e da consolidação desse circuito, inúmeros são os *redeiros* que *viajam* pelo país ao realizarem a etapa de comercialização. A *viagem* pode ser coordenada por diversos agentes que compõem o circuito comercial, pelos próprios *redeiros* e até pelos donos de tecelagens. Em Belo Horizonte e região metropolitana, pude observar que a venda desses objetos pelos vendedores ambulantes é feita através dos deslocamentos nas ruas, não estabelecendo uma relação comercial direta com mercados ou feiras locais.

Os objetos são fabricados nas tecelagens localizadas na região Nordeste do país, e de acordo com Cunha (2006), em sua dissertação sobre o *ramo da rede*, o grande fluxo dessas mercadorias é oriundo das cidades de São Bento (PB) e Jardim de Piranhas (RN). Segundo o mesmo estudo, a produção desse circuito comercial abrange uma grande trama de produtores e vendedores que tem sua origem localizada aproximadamente entre os municípios de São Bento, Brejo do Cruz, Paulistas, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Vista Serrana, na Paraíba, e Jardim de Piranhas, Serra Negra do Norte e Caicó, no Rio Grande do Norte. Os vendedores ambulantes que comercializam esses objetos em Belo Horizonte e região metropolitana com quem tive contato são das cidades de São Bento, Brejo do Cruz e João Pessoa (PB) e Serra Negra do Norte (RN). Todas essas cidades citadas estão localizadas no sertão nordestino e são relativamente próximas compondo uma região limítrofe entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Figura 1 - Localização das cidades citadas entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.



Fonte: criação Phillipe Albuquerque e autora.

Ao se propor a pesquisar a organização espacial do comércio de redes, nas regiões de produção, Cunha (2006) nos mostra que a confecção de redes na região é predominante. Na entrada da cidade de São Bento existe uma placa onde se lê “São Bento: a capital das redes”. Contudo, outros objetos são confeccionados, tais como bonés, cintos além dos já citados na comercialização abrangente. Mesmo com a presença da maioria das tecelagens nas cidades de Jardim de Piranhas e São Bento, Cunha (2006) comenta que as atividades que compõem a produção e a comercialização do *ramo de rede* são distribuídas tanto pelas áreas urbanas quanto pelas rurais. As combinações no processo de trabalho de fabricação das redes podem associar diferentes modos de produção, das fábricas mecanizadas, às manufaturas, envolvendo as *feiteiras* que lidam com acabamentos, além dos arranjos entre urdidores e tecelões<sup>1</sup> e, juntamente a essas combinações, a organização de um trabalho familiar. A participação da família no processo de produção dos objetos pode se dar de diversas maneiras: famílias que trabalham diretamente com as máquinas e combinam a produção com tecelões autônomos, mulheres que trabalham com máquinas de trancelim<sup>2</sup> fazendo estampas ou costuras, membros da família que trabalham como funcionários de uma mesma fábrica, filhos pequenos que ajudam nos acabamentos, trocas de serviços entre famílias no ofício que falta naquela tecelagem, dentre outros tipos (Cunha, 2006).

Segundo Cunha (2006), a produção das redes é a atividade econômica mais importante

<sup>1</sup> Urdidor e tecelão são comumente vistos como a mesma especialidade, aquele que faz o pano ou que trabalha com o tear. Urdimento é a etapa em que se desenrola os fios dos carretéis antes de começar a tecelagem. Urdideira é uma peça do tear onde se encontram os fios que formam a trama escolhida para a confecção do pano.

<sup>2</sup> A Máquina de trancelim produz fios, cordas, fitas e não permite a quebra dos filamentos.

da região desde a década de 1960, e está vinculada a tradição das culturas de algodão das fazendas. É importante ressaltar, contudo, que a autora faz referência a um tempo mais antigo, da confecção das redes de dormir pelas mulheres com teares de origem indígena.

Luís Câmara Cascudo (1959) informa que a tessitura das redes tradicionalmente era ofício feminino e de origem indígena. Mostra-nos também a forte presença nordestina na inserção da rede pelo país. No Norte e no Nordeste o uso da rede ia além de sua utilidade como cama, mas abarcava todo um universo de atividades cotidianas, conversas, descanso, fazer refeição, sexo, ler, fumar, como meio de transporte de pessoas e objetos, embalando defuntos etc. O autor nos conta que, no período do Império, o uso das redes era vulgarizado pelas tendências estrangeiras civilizatórias em relação aos modos indígenas. Em citação ao escritor Guilherme Santos Neves (1957) sobre o uso das redes de dormir no estado do Espírito Santo, Cascudo (1959) explora a influência da prática nordestina nos estados do Sudeste:

“Posso, todavia, dizer que ela não é usada pelo nosso povo simples. Nem mesmo a gente das praias. Mas existem – por influência evidente do Norte e Nordeste brasileiros – em varandas das casas praianas, casas de pessoas abastadas, burgueses ou de gente-bem. [...] Mas, num e noutro caso, não propriamente para dormir. Para os cochilos da sesta, para a leitura ou conversa, quase sempre nos alpendres ou varandas. E de dia. Isto, sim, é comum entre nós. Rede, não. [...] Creio que a prova melhor disso está em que não há referências nenhuma à rede de dormir no trovário entoado por aqui. No milheiro de trovas que recolhemos para o nosso 'Cancioneiro', não há uma só em que se anote a presença dessa rede. E no entanto, faz-se menção ali à cama ou à esteira”. (apud. Cascudo, 1959, p. 39)

Segundo Cunha (2006) foi em meados da década de 1930, com a introdução do fio industrializado, que se alterou a produção masculina no ramo das redes, tecendo, tingindo, alvejando e as mulheres compondo os acabamentos. O que a autora denomina como a consolidação da divisão do trabalho nas famílias do ramo. A partir de 1950 os comerciantes passam a produzir em seus próprios teares, surgindo o que a autora refere-se por “trabalho por negócio”. O comerciante fornecia os fios e tintas e, em troca, era dele um percentual das redes produzidas na tecelagem (Cunha 2016). Daí, que com a diferenciação na distribuição e no fluxo de produção, nesse sistema, leva ao surgimento das viagens para a venda em outros estados. A viagem associada a esse circuito comercial relaciona-se, portanto, ao resultado da produção em maior escala.

“O 'viajante' existe quando a produção não é comprada diretamente na porta da manufatura, é o proprietário do caminhão, sua função é levar o produto a grandes distâncias (Maranhão, Pará, Acre, Goiás, um caso extremo como foi contado por um entrevistado até a Bolívia) onde se encarrega da comercialização”. (Egler, 1984, p.69, apud. Cunha, 2006, p. 14)

Independente da função em que se está inserido no ramo, são considerados *redeiros* todos aqueles que participam das viagens de vendas (Cunha, 2006). Podemos observar

semelhanças nítidas entre os estudos de Cunha (2006) sobre o processo de fabricação e comercialização desses objetos e os vendedores ambulantes que vendem os mesmos objetos com quem tive contato. Minha pesquisa debruçou-se no processo de distribuição desse circuito em Belo Horizonte e região metropolitana buscando, a partir do contato direto com os redeiros, desenvolver um olhar sobre moradia e trabalho através da perspectiva da mobilidade. Mobilidade essa, que veremos a frente, informa tanto sobre os fluxos do circuito como sobre o modo de vida dos redeiros. Dos redeiros que conheci, todos afirmaram terem vindo das cidades limítrofes entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte e possuírem uma relação direta com as produções nordestinas; eles se auto identificam como *redeiros* e se situam dentro do circuito nas etapas de distribuição e comercialização.

De acordo com Cunha (2006), a viagem pode ser feita por diversos atores que compõem o circuito. Pequenos produtores autônomos circulam por cidades mais próximas em suas camionetes, donos de grandes ou pequenas tecelagens alugam casas para servir de depósito para os objetos em outros locais e assim facilitar as vendas, outros produtores ou vendedores aproveitam as casas e os parentes que mudaram para outras cidades para estabelecer o comércio, os donos de tecelagens maiores, ou donos de caminhão, recrutam uma turma de *corretores* para comercializar os objetos nas ruas em outras cidades. Os *corretores* (vendedores ambulantes) são recrutados pelos *encarregados* (Cunha, 2006). O *encarregado* é o dono do caminhão que faz as viagens, do galpão ou local onde ficam armazenadas as mercadorias, e também responsável pelo estoque e reabastecimento dos produtos. O que Cunha (2016) nos mostra é que os *corretores*, que vendem os objetos diretamente nas ruas, mantém o próprio negócio abastecendo-se de mercadorias nos galpões dos *encarregados* onde as mercadorias são guardadas. Neste caso, o *encarregado* é o dono do caminhão e do galpão que consegue realizar a compra de novos objetos no Nordeste e trazê-los para o sudeste. A partir dessa condição, os vendedores ambulantes (*corretores*), negociam as mercadorias e as viagens com os *encarregados*. *Corretores* e *encarregados* se autodenominam como redeiros e assim o são, pois ambas as denominações podem assumir as vendas e participam das viagens, como também observou Cunha (2006).

Durante o processo de campo da minha pesquisa raramente ouvi esses dois termos e a autonomia dos vendedores me pareceu mais forte do que quando Cunha (2006) coloca que os *corretores* são “recrutados” pelos *encarregados*. Diferentemente da pesquisa de Cunha (2006), além de eu estudar o processo de distribuição e comercialização em outras cidades que não compõem a produção dos objetos do circuito, pude perceber que as indicações para vir trabalhar em Belo Horizonte, por exemplo, partiam de parentes ou colegas mais próximos

ao redeiro e a quantidade de objetos comprada por cada para revender um podia variar sem uma proporcionalidade ou meta atribuída por um superior. Em campo, o foco do meu estudo se voltou intensamente aos vendedores ambulantes pelo fato de não ter tido acesso satisfatório para obter dados de pesquisa com os donos dos caminhões e dos galpões.

Independente do vínculo com esse encarregado, a independência nas vendas se compara a um vendedor autônomo. Os objetos que vão vender, a escolha de onde ir, quais dias da semana vão trabalhar são decisões construídas por cada um dos redeiros. O destino das vendas é elaborado por cada vendedor. Qual bairro, qual cidade será melhor para as vendas naquele dia, ou naquela semana, é um roteiro delineado a partir da construção diária à procura das vendas, à procura do freguês.

A identificação dos redeiros como trabalhadores autônomos relaciona-se com a liberdade de realização das vendas e a independência na construção dos percursos e viagens, contudo, as relações estabelecidas entre esses vendedores e o comércio que realizam podem se configurar também em um tipo de ofício familiar (Cunha, 2006). Como vender, onde morar, quais as maneiras e as melhores formas de comercializar podem ser construídas entre conterrâneos, primos, tios, pais e filhos.

Assim como a *viagem* se constitui em um elemento de distribuição dentro do circuito, o vender na rua torna-se o ponto final no processo de comercialização, quando o redeiro negocia os objetos com os clientes diretamente. O processo do circuito dos objetos das tecelagens nordestinas envolve o trabalho informal e formal em suas etapas. Significando que, no processo como um todo, alguns momentos podem estar delineados em lei e outros não, a exemplo, a produção pode estar formalmente estabelecida, e na ponta, a comercialização ser proibida e/ou precarizada pelo Poder Público da cidade. O que podemos observar é que, mesmo enfrentando a informalidade atribuída pela legislação das cidades de Belo Horizonte e região metropolitana, o comércio existe e faz parte da vida laboral desses vendedores ambulantes há muitas décadas. Assim, podemos observar a forma como se desenvolve esse tipo de trabalho, em relação a essas mercadorias, nos processos de venda nas ruas, nas relações com os clientes e nos deslocamentos com os objetos à mostra.

Vendedores ambulantes autônomos, vindos do Nordeste, que comercializam mercadorias produzidas nas tecelagens localizadas na região limítrofe entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, são os sujeitos dessa pesquisa. Estes precisam ser destacados para que não se confunda com outros vendedores de objetos muito parecidos e com ofícios relativamente próximos. Próximo a Belo Horizonte, na cidade de Resende Costa (situada a 176 km da capital), existe uma produção intensa de tecelagens que fabricam objetos muito

parecidos com os de origem nordestina, e esses produtos se esbarram, algumas vezes, na concorrência das ruas. O circuito de Rezende Costa abarca feiras e lojas, além do comércio de rua. Raros foram os momentos que encontrei com vendedores ambulantes vendendo os objetos oriundos de Resende Costa na rua. Contudo, um momento muito marcante aconteceu com um vendedor dos objetos de Resende Costa que envolveu na fala dele, sua percepção sobre os redeiros. O registro desse encontro está no próximo capítulo. O que quero trazer aqui rapidamente é que podemos distinguir um agrupamento de vendedores com o outro por diversos ângulos de observação, comercial, trabalho, moradia, origem geográfica, motivações e movimentações. Nesse sentido, os redeiros, para mim, compõem os sujeitos que dialogam com os caminhos e as buscas que essa pesquisa foi tomando. Além da proximidade de outro circuito muito parecido, outros objetos oriundos de diversas formas alternativas de comercialização, compõem a paisagem das ruas de Belo Horizonte e região metropolitana.

Os redeiros configuram-se então em personagens principais da distribuição e comercialização dos produtos fabricados nas tecelagens nordestinas. Compõem um circuito alternativo com mecanismos de produção, circulação e comercialização próprios. A partir desta constatação, parto em busca de uma análise sobre como se comercializa os produtos das tecelagens nordestinas em Belo Horizonte e região metropolitana, pretendendo observar como se desenvolve a circulação desses objetos e das pessoas que os comercializam. De modo geral vou atrás das perguntas, como a participação no circuito pode produzir práticas de comercialização que confluem em um modo de vida itinerante? Mais especificamente: quais são as práticas de movimento no processo de comercialização? Quais as táticas utilizadas na circulação das mercadorias? De quais formas os deslocamentos influenciam a vida dos redeiros?

Dentro de um circuito de comercialização os olhares em busca de um objeto de pesquisa podem ser múltiplos. As etapas de um circuito comercial são as de produção, circulação/distribuição, comercialização e consumo. O circuito comercial dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas não foge a esse leque de possibilidades. Como já relatado até aqui, Cunha (2016) se empenhou em estudar a extensão e a organização territorial do ramo da rede nas regiões de produção. Em Belo Horizonte e região metropolitana as etapas que envolvem o circuito são as de distribuição e comercialização. Do ponto de vista da região que consome esses produtos, as perguntas e análises desse movimento comercial podem ser outras. Como o movimento de pessoas, nessas duas últimas etapas, dentro desse circuito é de vital importância para a manutenção e atualização do mesmo, procurei ir atrás de como os redeiros vivem e enxergam o deslocamento no cotidiano. Deslocamentos esses que envolvem

movimentar-se na cidade e entre cidades, envolve fixar-se e não fixar-se, envolve arriscar-se e não arriscar-se.

A dissertação se insere em duas linhas de debates teórico-etnográficos que se moldaram pelo viés da mobilidade e do comércio ambulante. A mobilidade entendida tanto como técnica de pesquisa em que se envolvem as formas e sentidos atribuídos de movimentos que pessoas e objetos produzem como também o próprio movimento como motor dos deslocamentos em curso. O comércio nas ruas compondo a etapa final do circuito e como isso se desenvolve nas paisagens de Belo Horizonte e região metropolitana e em outras cidades do país. O texto foi dividido em três capítulos tendo um recorte muito específico em cada. O primeiro se contenta em apresentar os debates metodológicos que me debruçei ao longo do mestrado e levo a cabo até a conclusão da pesquisa. No segundo capítulo exponho os dados de pesquisa coletados em campo e discorro sobre os deslocamentos no modo de vida dos redeiros, e como esse processo dialoga com outros similares. No último capítulo, através das experiências do comércio de rua dos redeiros, apresento a perspectiva local e abrangente da construção do comércio ambulante no que envolve os ilegalismos na política regulatória nesse setor.

## 1 METODOLOGIA E PERCURSO DE PESQUISA

Estudar a circulação de pessoas e objetos em um processo de comercialização, na cidade e entre cidades, leva-nos a pensar sobre por quais maneiras nos aproximamos do sujeito em estudo e de que forma conseguimos coletar informações que componham o movimento de vendas. Verdadeira teia metodológica é desenhada nessa construção. Nos percalços do percurso em que ela foi construída, muitas ideias e aplicações de investigação foram elaboradas no intuito de aplicá-las, porém, as condições que o campo nos oferece, algumas vezes, não são tão cordiais. Exponho a partir desse momento formulações que balizam meu universo metodológico, as propostas investigativas e o caminho percorrido ao longo do estudo.

### 1.1 Construções metodológicas

Nesta sessão, alguns apontamentos metodológicos que demarcaram minha vivência no processo da pesquisa são explicitados. Inferências sobre o uso de conceitos, formação de agrupamentos, a perspectiva do interlocutor no ponto de vista de um trabalho interacional entre pesquisador e pesquisado, a busca das práticas e maneiras de fazer no espaço público traçam os caminhos possíveis por onde tentei produzir essa pesquisa.

Segundo Howard Saul Becker (2007) não existe ciência sem conceitos e esses devem estabelecer um diálogo contínuo com os dados empíricos. De acordo com o autor, para a formulação e compreensão de um conceito devemos reconhecer de antemão, e de forma abrangente, as situações e configurações que o irão definir. Contudo, muitas das vezes acontecem casos em que essa razão se dá de forma contrária. Procuramos aspectos na realidade que já estão formulados nas categorias. Assim alguns fenômenos podem ser excluídos por não caberem nas noções preconcebidas. Para o autor, os conceitos que não cobrem a variação completa dos casos encontrados são falhos. Para tanto, devemos nos debruçar seriamente sobre o objeto de pesquisa, na intenção de compreendê-lo por completo, de forma a não ignorar algumas situações que não preenchem os atributos de uma certa categoria. O autor completa a ideia:

“No mundo em que vivemos, contudo, os fenômenos raramente têm todos os atributos exigidos para que sejam, sem ambiguidade, membros de uma classe definida por múltiplos critérios”. (Becker, 2007, p. 168)

Em referência às aplicações do Censo no Estados Unidos, Becker (2007) nos conta

que a noção de residir sofreu algumas transformações, pois possuía dois aspectos difíceis de serem resolvidos. A primeira se relacionava em como mostrar onde as pessoas moravam, onde elas residiam de fato, quais referências poderiam ser aplicadas, de acordo com as informações apresentadas no formulário. A segunda procurava distinguir o que significava residir em algum lugar. Foi observado que as categorias acionadas para definir como perguntar sobre o local de residência, baseadas em onde a pessoa dorme, ou onde guarda suas roupas, ou onde recebe correspondência, ou onde fica a casa, não eram suficientes para abranger a variedade de formas de residir que se encontrava na realidade. Para o autor, se quisermos levar em conta as diversas formas que uma prática pode assumir, temos que decompor os aspectos que a compõem e tratar cada um separadamente. Assim nos mostra um exemplo de uma pesquisa realizada sobre migrantes de Porto Rico nos Estados Unidos:

“(...) gente que, tendo se mudado de San Juan ou Ponce para Nova York ou Chicago, volta depois para a ilha. Ela (a pesquisadora) mostrou que, de fato, essas pessoas se transferem com frequência de cá para lá entre suas duas moradas. Assim, é enganoso pensar nelas como migrantes, e muito mais realista e útil considerar que têm, como ela diz, ‘duas bases de moradia’”. (Becker, 2007, p. 171)

De acordo com autor, deixamo-nos levar pelo senso comum, ou pelo estabelecido convencionalmente, e conceber que os migrantes residem em um único lugar de cada vez, mas como vimos no exemplo, nem sempre essa lógica se aplica. Sugere então que a pergunta pode voltar-se sobre o tipo de morada as pessoas vivem, e o que significa residir em dois lugares? Desta forma, Becker (2007) nos mostra que não podemos confundir uma situação específica, de um determinado caso, com as composições inteiras de fenômenos que a compõem, ou que sugerem compor.

Da mesma forma, Bruno Latour (2012) sugere que é das relações específicas e das controvérsias que devemos pautar a formulação de agrupamentos nas pesquisas. O primeiro ponto que destaca é que a função de categorizarmos em grupos nosso objeto de pesquisa não deve ser orientado pela ideia de estabilizar os agrupamentos que já compõem o social. O autor defende que os grupos não são coisas silenciosas. São construídos socialmente por diferentes vozes e de diferentes status, e estão em constante definição sobre o que vem a ser o grupo e quem pertence a ele. Para o autor, os artifícios usados para a manutenção do grupo como uma coisa finita, podem revelar o grupo como certo e inquestionável, como se não mais produzissem controvérsias ou informações contrárias ao que se estabeleceu para ele. Desta forma, Latour (2012) aponta que é preciso que se observem as diferenças encontradas ao estudarmos de perto nosso objetivo de pesquisa, as pequenas maneiras pelas quais se desenvolvem as relações na vida cotidiana.

Ao entrar em contato com os redeiros percebi nitidamente que na composição do agrupamento as formas como construía o cotidiano de vendas, os diversos planejamentos e os roteiros que o circuito podia assumir me ressaltaram como demasiadamente específicos para que eu os relacionasse automaticamente a outras formas, muito parecidas, de comércio de rua. Além disso, as percepções de moradia/casa a que se referiam eram construídas conjuntamente aos deslocamentos do trabalho. Admitir as variações e as configurações específicas foi o primeiro passo para enxergar esses vendedores ambulantes compondo a paisagem da cidade.

José Guilherme Cantor Magnani (2002) explora, em sua narrativa, as possibilidades da etnografia ao abranger o conhecimento da disciplina na compreensão do fenômeno urbano. Observa que, no debate em torno da questão urbana contemporânea, a participação dos atores/moradores, que dão vida à metrópole, não é destacada devidamente. A cidade é vista como uma entidade a parte de seus moradores, resultante de fatores de ordem macro – atores exclusivamente representantes do capital e do mercado – desprovida das ações cotidianas e das redes de interações que o sujeito/morador está integrado (Magnani, 2002). É neste ponto, que a etnografia urbana ajuda a resgatar essa dimensão:

“A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a cidade, para além do olhar ‘competente’ que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo”. (Magnani, 2002, p.15)

Assim o autor propõe o resgate de um olhar *de perto e de dentro*, que faz apreender os padrões de comportamento dos múltiplos e heterogêneos conjuntos de atores que compõem a vida cotidiana da cidade. Desta forma, o enfoque dado à antropologia da cidade está nos arranjos criados pelos próprios atores sociais, suas relações e trocas nas diversas esferas de ação (religiosa, lazer, intimidade, política, trabalho etc) dentro do lugar em que essas interações ocorrem. Lugar esse não visto como cenário, mas como uma paisagem constitutiva do recorte de análise. Assim, o autor contribui para uma metodologia de análise do ponto de vista do sujeito, imbuído de suas relações e trocas nas diversas esferas da vida cotidiana.

Balizando o olhar para a incorporação das práticas que compõem a vida urbana, Michel de Certeau (1980), nos envolve na esfera da vida cotidiana e constrói um modo de análise, também de perto, sobre o uso que fazem grupos ou indivíduos em relação às representações e comportamentos de uma sociedade. Embarca nas práticas, ou nas maneiras de fazer, que as pessoas lançam mão, para se apropriarem e re-apropriarem dos espaços organizados de interação social. Nesse sentido, Certeau (1980) reitera a valorização da cultura ordinária, na qual a *ordem é exercida por uma arte*, as artes de fazer, os estilos de ação que ao

mesmo tempo legitimam as determinações e as subvertem. Desta forma, a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e que se combinam fora da lógica hegemônica.

Nessa perspectiva, os códigos, os objetos, os espaços, os caminhos, são alterados pelas maneiras ou artes de fazer, pelas táticas de resistência, pelas astúcias sutis cotidianas restabelecendo o uso ao jeito de cada um. Assim, o estudo das práticas busca pensar os estilos de ação que compõem a vida cotidiana pelas maneiras de fazer de cada indivíduo. Para tanto, o autor volta-se à análise de práticas microscópicas, plurais ou singulares, que sobrevivem e escapam à disciplina da lógica macro-política das cidades e do uso dos espaços públicos.

Ainda sobre a análise etnográfica voltada para os sujeitos e seus arranjos constitutivos da dinâmica social, J. Van Velsen (2010) destaca os conflitos e as contradições entre os vários conjuntos de normas como parte das descrições das regularidades. Ao defender um estudo de análise situacional, Van Velsen (2010) resgata o que a tradição estruturalista entendia as “variações” ou “realidades conflitantes”, fora de uma estabilidade social e ignoradas nas abstrações de análise, as quais eram vistas como resultantes de práticas oriundas da manipulação das normas e regras gerais por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos. Para o autor, as exceções e as discrepâncias constituem parte do campo de análise, podendo revelar suas próprias regularidades, constituindo um olhar no qual as normas sociais não formam um todo coerente, mas são frequentemente vagas ou paradoxais. Para tanto, propõe uma técnica de pesquisa de campo voltada para o registro das ações dos atores sociais como indivíduos e como personalidades e não somente como ocupantes de um status específico.

O circuito dos redeiros disponibiliza a aferição de práticas e conceitos em dimensões mais amplas assim como em composições singulares. As maneiras e as táticas de venda cotidianas nas ruas e vias pelo país afora desenharam o que fundamenta e mantém o funcionamento do circuito até os dias de hoje, como também distinguem-se em usos singulares das maneiras de vender, de andar, de viajar. Temos que ressaltar que cada tipo de comércio ambulante e cada tipo de objeto oferecido proporcionam maneiras diferentes de lidar com as normatizações das cidades, com a clientela, com o abastecimento etc. Algumas semelhanças nos acordos, nos riscos, na forma de vender aparecem, mas cada tipo, ou modalidade, se distingue na paisagem.

Como então aplicar essas perspectivas na chegada ao campo e construir ferramentas de pesquisa que possibilitem alcançar o ponto de vista das pessoas pesquisadas, dar voz às discrepâncias e às singularidades e como fugir do impulso para utilizar configurações sociais

premoladas? Começemos por situar-nos em campo. De acordo com Hélio Raymundo Santos Silva (2009), um trabalho que se constitui em percurso etnográfico se constrói em três fases, situar-se, observar e descrever que se fundem em atividades componentes andar, ver e escrever. Para o autor, o antropólogo precisa localizar-se no campo e isso implica pensar sobre as relações com os atores sociais que observa e seus próprios deslocamentos na localidade em que os sujeitos que estuda se encontram. Situar-se, nessas condições, é conseguir perceber as circunstâncias e as oportunidades para que melhor se consiga a obtenção de dados e percursos que possam compor o estudo.

O autor questiona se poderíamos com exatidão prescrever as atitudes, posturas e procedimentos de um antropólogo em campo. Grande parte dessa resposta está inserida na conjunção que o percurso em campo proporciona, “[...] pelos acordos e pelos entraves entre a orientação que ele mesmo quer imprimir a seu itinerário e os itinerários permitidos [...]”. (Silva, 2009, p.176). É preciso sim, como em qualquer outra disciplina, uma definição prévia de um problema teoricamente balizado juntamente ao conhecimento técnico e metodológico que se pretende aplicar. Além disso, espera-se do pesquisador uma relação respeitosa nas composições éticas da pesquisa. O que diferencia a antropologia das outras ciências humanas, exatas ou naturais seria essa particularidade da intersubjetividade na relação etnográfica, *a relação na mesma escala entre sujeito e objeto* (Silva, 2009). O percurso marcado pela interação. Interação essa que pode ser observada como uma presença incômoda, na busca do que parece óbvio pelos nativos, que é sempre balizada pela imagem que é projetada entre os interlocutores e a que o antropólogo projeta do meio.

Em campo, observar implica no reconhecimento de estarmos subjetivamente envolvidos na própria realidade que vivemos e a do outro. Da mesma forma estamos posicionados externamente dentro da cena, como também a nossa própria presença altera aquilo que estamos vendo. Ver, segundo Silva (2009), implica um olhar que organiza, que na tensão de olhar para si e para o entorno, molda-se aquilo que é visto e revisto, materializa-se na própria escrita. Do observar e dos demais sentidos se constrói àquilo que foi escrito, anotado, intuído, guardado do campo, que no exercício de escrever organiza o texto etnográfico. Assim, pensar a etnografia como um relato de percurso, uma experiência, muitas vezes conflituosa entre o observador e as condições que colocam o campo. Três fluxos que se compõem na ação (situar-se, observar e descrever) que partem de um trabalho interacional.

Michel Agier (2011) ressalta, em sintonia com Silva (2009), que é a partir do ponto de vista antropológico que se cria um tipo de conhecimento produzido através e com as práticas e representações dos cidadãos. Práticas essas observadas diretamente pelo antropólogo e em

situação. Diferentemente da cidade administrativa, estatística ou urbanística que se torna muito grande e homogênea para o pesquisador que se conduz pela etnografia. É das práticas microbianas, singulares e plurais, que ocorrem no cotidiano, que surge a possibilidade de uma antropologia da cidade, por onde se desenvolve uma pesquisa relacional, local e micrológica (Agier, 2011). Para o autor, podemos definir o uso da etnografia no espaço urbano então, como interpretações das práticas de fazer cidade, que montadas em sequências da vida urbana, constitui naquilo que o próprio autor denomina como antropologia da cidade.

Ao refletir sobre como o antropólogo coleta os dados de campo e os transforma em conhecimento acadêmico Lisette Josephides (2012) realiza uma reflexão sobre o processo de estar no campo e as descrições das técnicas usadas. Em campo, existem as transações de conhecimento, que partem da interação entre antropólogo e sujeito que está sendo estudado. Dessas transações procura-se elucidar a verdade que reflete o entendimento social das pessoas, suas práticas, conhecimentos e modos de vida que refletem o entendimento social. Esse entendimento social é sempre questionado e negociado em campo (Josephides, 2012). Das técnicas utilizadas em sua pesquisa na Nova Guiné, Josephides (2012) comenta que não teve controle sobre as entrevistas, assim como não controlava outras formas de aquisição de conhecimento no campo. Ela não conseguia decidir qual conhecimento iria adquirir assim como reconhecer qual ‘tipo’ de conhecimento realmente estava construindo naquele momento. Para a autora, a etnografia fala de uma história que é nova. O próprio trabalho de campo cria novos contextos, e primeiramente se coloca como um veículo para novos entendimentos ao “descortinar” um modo diferente de estar no mundo, pois carrega em si a negociação entre os conhecimentos do antropólogo e do interlocutor, criando novas interpretações para os dois.

Pensar a construção do trabalho de campo nos leva a escolhas de técnicas de pesquisa. A entrevista, no caso deste estudo, entra como carro chefe na coleta de dados. Outras técnicas foram elaboradas nesse sentido, mas que, pela variabilidade em que podem ocorrer as relações pesquisador/interlocutor, não foram assimiladas no processo. Logo adiante explicarei quais foram essas buscas e o motivo por não terem sido aceitas.

Ao propor a discussão metodológica dentro das técnicas utilizadas pela antropologia Jenny Hockey e Martin Forsey (2012) ressaltam a entrevista como uma espécie de pesquisa qualitativa participante. Confrontando as práticas clássicas de pesquisa antropológica, etnográfica e da observação participante, os autores destacam que o campo não é mais o que costumava ser e que, portanto, é necessário que se repense também as técnicas utilizadas. Propõem que façamos uma decupagem dos métodos de observação etnográficos buscando o

olhar para a entrevista como método legítimo de pesquisa qualitativa participante. Da mesma forma aponta que diferentes questionamentos necessitam de diferentes tipos de investigação. Para os autores, a entrevista possibilita que consigamos desenvolver pensamentos e conexões que raramente conseguimos alcançar através de técnicas de *survey*, observação e conversas casuais. De acordo com os autores, nós entrevistamos o interlocutor no intuito de descobrir coisas que não alcançaríamos de outro jeito, proporcionando uma aproximação às mentes das pessoas, suas noções, crenças, valores que os orientam. Hockey e Forsey (2012) não sugerem uma hierarquia entre métodos, mas sim propõem que, de forma ‘democrática’, diferentes questionamentos necessitam de diferentes tipos de investigação.

Em relação a como se conduzir uma entrevista e seus aspectos éticos, Maria Virginia de Figueiredo P. do Couto Rosa e Marlene Aparecida Gonzales C. Arnoldi (2007) elencam alguns procedimentos a serem seguidos. As autoras alertam para o consentimento real do entrevistado, consentimento esclarecido, de forma que o entrevistado tenha conhecimento dos fatos, dos motivos, dos riscos e favorecimentos, dos questionamentos da entrevista, e que pode a qualquer momento, por constrangimento, ou qualquer outro motivo, abandonar o processo da entrevista. Rosa e Arnoldi (2007) sugerem que a manutenção do sigilo e a privacidade do entrevistado devem ser mantidas, preservando assim sua imagem para que não sofra com processos de estigmatização. As autoras concluem que a entrevista na pesquisa qualitativa, demanda um entrevistador qualificado, que se preocupe com questões éticas que envolvem esse processo.

Seguindo o Código de Ética do antropólogo e da antropologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), atualizado no ano de 2012, é direito das populações que estão sendo pesquisadas recusar-se a participar da pesquisa, assim como é assegurado a preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais. Além do direito ao acesso aos resultados da investigação, é garantido que a colaboração prestada à pesquisa não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado. Os direitos do antropólogo são subordinados aos da população estudada e, portanto, deve-se preservar as informações e confidencialidades, segundo os critérios do pesquisado. Espera-se que na apresentação do trabalho final não se omitam as informações relevantes levantadas em campo, a não ser que essas firam os direitos do agente pesquisado, garantindo que a colaboração prestada à pesquisa não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.

De acordo com a Resolução Nº 510 deferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, considerando as prerrogativas éticas em pesquisa em território nacional, reconhece-se que as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos

envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana devem seguir as normas que versam sobre a confidencialidade, o consentimento livre e esclarecido, sobre informações de acesso público, dano material e imaterial, privacidade, possíveis processos de estigmatização, dentre outras. Em decorrência das normativas, o pesquisador deve buscar prever os riscos que a pesquisa pode causar ao participante, discutindo junto com ele alternativas para a continuidade na pesquisa ou desligamento do interlocutor no processo. Tendo o participante, segundo a Resolução, o direito a assistência e a buscar indenização caso seus direitos sejam descumpridos.

## **1.2 A entrada em campo**

Veio de minha orientadora, e de seu sotaque, a proposta de ir atrás dos redeiros. Estava em busca de um tema que me possibilitasse o estudo de deslocamentos que implicassem percepções sobre casa, moradia e trabalho. Quando ela me sugeriu que eu buscasse conhecê-los, para ver se me interessava, eu não conseguia enxergar qual agrupamento de vendedores era esse. A gente não falava em redeiros ainda. Ela fazia referência aos vendedores nordestinos que empilham mantas, tapetes, redes em carrinhos e eu os relacionava aos que já tinha presenciado comercializando, esses mesmos objetos, em algumas praias no verão. Nenhuma outra referência eu tinha. Pus-me a ir às feiras atrás dos objetos de origem nordestina para tentar achar as pessoas, mas nenhuma pista eu tinha dos produtos ou dos vendedores ambulantes. Pedi ajuda aos meus colegas de sala para que me avisassem se avistassem algum vendedor ambulante pelas ruas com as características que tinha-lhe informado. Alguns me procuravam nos intervalos das aulas contando que tinham visto os vendedores que procurava, só que nem todas as referências que eu havia levantado batiam com as descrições. Alguns me falavam que além de vender tapetes, eles vendiam calendários, bolas, pequenos estandartes de time de futebol, chaveiros e outros pequenos *souvenirs*. Outros me contavam que eles não transportavam os objetos nos carrinhos, mas que ficavam parados nos semáforos com as mercadorias à mostra e que, além de redes, vendiam cofres de cerâmica, tapetes de couro, cestas, brinquedos etc. Um vasto mundo do comércio ambulante aparecia na minha frente. Em meio à busca pelas redes, tapetes etc outros objetos surgiam, outros lugares apareciam, e até então não sabia distinguir os redeiros dessas outras composições comerciais na paisagem urbana. Havia diferenças? Melhor dizendo, quais eram as diferenças?

No início ainda de minha busca, Candice, minha orientadora, me falou sobre um vendedor com as características que procurávamos próximo à universidade. No dia seguinte fui às imediações e encontrei um homem de uns cinquenta anos expondo os objetos que procurava pela calçada e em cima de um carro. Depois vim a descobrir que não era esse vendedor que Candice havia me falado. Ele me contou que os objetos que estava vendendo foram fabricados em tecelagens de algodão e que são oriundos do município de Resende Costa, próximo à capital. Os objetos são adquiridos por revendedores na própria cidade e quem quiser pode ir lá comprar. Há dez anos trabalha no ramo e que por isso consegue comprar até fiado. Falou-me de como gosta de trabalhar na rua, de conhecer gente nova, trocar conversas, porém, trabalhar em empresas ou de carteira assinada... “[...] você fica muito restrito a meia dúzia de pessoas que você conhece. É vínculo, patrão, você tem menos liberdade. Você trabalha mais aqui (na rua), mas você tem mais liberdade.” Mais ao fim de nosso papo, eu disse que estava pensando em ir a Resende Costa conhecer as tecelagens e o comércio e ele me veio com essa resposta:

Vendedor – Vai lá, 60 conto de gasolina você vai lá e volta. Vai lá, compra, tem mercado, quer trabalhar na rua, vai trabalhar também. Você quer produzir, quer vender, quer trabalhar, menina, trabalhou, tudo eu acho normal. Até melhor, se tem mais gente vendendo na rua, mais a gente vai ser enxergado pra comprar. Desde que não seja produto de má qualidade. Porque o produto deles lá são de boa qualidade. Tem uns que eles faz de náilon, nada contra o pessoal do nordeste, nada contra porque eles têm que trabalhar, mas é náilon, aquele lá você põe no tanquinho dissolveu tudo, aquilo vira uma bucha. Agora, esses não, esses você pode bater na máquina, esse aqui é bom, esse é feito no tear.

Surpreendi-me com a referência aos vendedores nordestinos que tanto procurava e com tamanha distinção entre um produto e outro, prontamente continuei o assunto:

Rita – O de náilon então vem do Nordeste?

Vendedor – Vem, os caras do Nordeste vendem ai no carrinho, você já viu eles puxando o carrinho?

Rita – Sim

Vendedor – Aquele é fumo, aquele lá é perigoso. Perigoso assim, nada contra [...] eles engana, fala assim ‘pode bater na máquina que num dá nada não’ você bate, acabou. Esse não, esse aqui você pode bater. Caso ele dê qualquer problema pode trazer pra trocar, é garantia lá deles lá. Uma colcha dessa aqui menina, ela dura no mínimo 15 anos! 15 anos!

(Entrevista interrompida por cliente)

Rita – Mas me fala mais dessa relação de você com o vendedor do Nordeste.

Vendedor – Então, eu falo que o produto não é bom não. Normalmente, eles não preocupam com o amanhã. Eu preocupo com o amanhã. Não vou te vender um trem que

se amanhã eu te ver na rua, eu vou ter que correr de você. Eles não preocupam, te falam, ‘o trem da maior qualidade!’, não é gente! Ai a pessoa põe na máquina vai dar problema. Eles não preocupam com o amanhã, eu já preocupo com a amanhã.

(Entrevista interrompida por cliente)

Rita – Mas você estava falando que o pessoal do Nordeste não preocupa com o amanhã...

Vendedor – O tapete deles é inferior, eles são muito bonitinho, o preço deles é metade desse aqui, mas você compra uma vez só. Quer dizer, os caras não preocupam com a qualidade... Às vezes vejo pessoas falando, ‘nó comprei um tapete daquele povo do carrinho, nó aquele tapete é ruim, me deu problema!’. Eu não, gostaria que se desse qualquer problema num tapete meu, nunca deu, mas se desse, pedir até com gentileza, trás lá pra mim que eu levo e eles troca na hora pra mim. Na hora! [...] Por exemplo, eu vendo sombrinha, é de boa qualidade? Não. Esse produto vem da China, sou bem sincero! Eu só abro ele aqui, tá funcionando tudo bacana? Eu vendo. Sacolinha? Da China. Vai falar que esse trem é bom? Não. Que garantia eu posso dar numa mercadoria dessa? Nenhuma. E meu carro chefe mesmo é o tapete, isso aí é só pra intercalar, isso é minha gasolina, salvar alimentação. O que me dá o retorno maior é o tapete.

Rita – Você tem mais alguma informação desses vendedores do Nordeste? De onde que vem? De onde eles compram?

Vendedor – Lá na Cidade Industrial, eles traz os caminhão cheio, eles aluga casa lá na Cidade Industrial, vem 30 pessoas do nordeste, 30 rapazinhos [...] como se diz, tem uma pessoa lá que loca, que contrata as pessoas, que trabalha na porcentagem, aí traz eles, dá a eles moradia, alimentação por conta deles, vem com o material entrega eles e sai vendendo pela rua afora. [...] Não tem aquele posto? Atrás tem uma favelinha, eles moram tudo lá.

Num primeiro momento em campo, a distinção na qualidade de objetos semelhantes aparece. A maioria das conversas sobre os produtos de Rezende Costa com os redeiros se dava pelo viés de que ‘existe espaço e trabalho para todo mundo’. As rivalidades e competições no espaço da rua se davam muito pela construção externa da figura do nordestino e as desqualificações que essas associações provocam. O senso comum muitas vezes assume a construção das imagens do nordestino e do Nordeste como possuidores do nosso atraso progressista e fonte de estagnação intelectual. De minha máquina de lavar, as duas peças, de confecções distintas, contam a mesma história em adornar os cômodos até os dias de hoje em perfeito estado. Podemos perceber, que o caso tão enfático de diferenciação protagonizada por esse vendedor pode ser analisado conjuntamente à assimilação dessas imagens, o estigma naturalizado aos nordestinos desde os primeiros anos da modernização econômica brasileira e a consequente discriminação nos processos de trabalho.

Desde os primeiros pensamentos de um Brasil moderno, nas primeiras décadas do século XX, a composição territorial do Nordeste é imaginada como procriadora do passado. De acordo com Cláudia Pereira Vasconcelos (2006), em busca da visão de uma nação

homogênea rumo ao futuro, o pensamento social brasileiro se construía a partir do pressuposto de que o norte deveria subordinar-se às influências modernizadoras do Sul pois tratava-se de “lugar onde a história não tocava, o local do atraso, onde as transformações urbanas e industriais, surgidas no centro-sul do país, jamais ocorreriam, sendo esta região povoada por uma sub-raça” (Vasconcelos, 2006, p. 9) A seca, o calor, a fome eram fragmentados em representações linguísticas em que os nordestinos eram vistos como cidadãos de segunda classe, incultos, pessoas inferiores, mortas de fome e preguiçosas.

Toda essa invenção sobre o nordeste alicerçada em uma perspectiva naturalista que responsabiliza as diferenciações entre Sul e Norte pelo viés de raça e do meio, é intensamente discutida por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1999). Das construções do pensamento social brasileiro à época do final do século XIX e início do XX e juntamente a matérias de jornal, o autor destaca que o Sul era visto como a base fundante do país, o alicerce dos valores doutrinários, enquanto ao Norte e Nordeste cabiam-se subordinar sua população desorganizada, pobre e inferiores psicologicamente. Como ressalta o autor, esses discursos buscavam defender que a decadência era o destino próprio das populações do Norte pela constituição do seu clima e raça. O que esse pensamento vinha a propor segundo Albuquerque Jr. (1999) passava pela justificativa do atraso econômico do país até a eliminação de seu povo. Todas as manifestações e acontecimentos eram interpretadas então pela condição do meio, pela calamidade, pela seca (Albuquerque Jr, 1999).

Daniel do Nascimento e Silva (2010) em sua tese sobre a construção da linguagem midiática a respeito dos nordestinos no país desenvolve que o território representado pelos meios de comunicação como atrasado, do passado, remonta a um sujeito que vem para o Sudeste a fim de sobreviver, se dar bem na vida, quase que uma figura mesquinha personalizada. Segundo Silva (2010) a mídia recontextualiza as linguagens nordestinas rompendo com as ideias originais, abarcando um novo contexto de exclusão. Desta forma, é construída toda uma historicidade que culmina em denegrir a figura do imigrante nordestino em terras sulistas, assim como reproduz o vendedor mineiro. Do mesmo material e de preços praticamente semelhantes se achavam os objetos vendidos pelos redeiros e pelo vendedor citado.

A distinção entre os objetos de origem diferente no processo de distribuição na rua relaciona-se também com fatores que envolvem modelos de oposição entre uma cultura e outra. Fatores etnicizantes ressaltam no universo urbano a partir do destaque das identidades no processo das interações de distintas trajetórias regionais. Em meio a uma vasta discussão, as atribuições que conceito de etnicidade recebem nesse estudo podem ser situados pela

narrativa de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff Fernart (1998) “[...] a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em funções de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (Poutignat e Fernart, 1998, p. 141).

Nesse sentido é que podemos enxergar os processos diferenciadores de acordo com a origem dos redeiros e suas externalidades sociais no processo de venda nas ruas. O que ressalta aqui é a composição social do estigma nordestino, no contexto do ofício, em que se elevam práticas e objetos quase idênticos entre redeiros e vendedores dos produtos de Resende Costa. A atribuição de defeitos, má qualidade e falta de garantia aos produtos de origem nordestina ressaltam essa classificação diferenciadora pela origem suposta. Um tipo de postura em que fica nítido a elaboração de oposição de uma cultura e outra, que é embasada profundamente por construções anteriormente edificadas sobre a imagem do nordestino. Quase se afirma no discurso do vendedor os traços da figura sovina levantada por Silva (2010). Para além da disputa do mercado das ruas, existe no processo de distribuição desses objetos interações etnicizadas que desenvolvem processos estigmatizantes mais amplos.

Nessa mesma época, Candice me apresentou a tese da Elisa Cunha (2006) a qual me aproximou do processo de produção dos objetos comercializados pelos redeiros, possibilitando esclarecimentos sobre os processos de venda nas viagens. Em seguida, um colega de classe me contou que há algum tempo avistara um grupo de vendedores ambulantes nordestinos que se reuniam em uma praça na mesma região que o vendedor de Resende Costa havia comentado que eles moravam. Na mesma semana, por volta das sete da manhã avistei um grupo de redeiros saindo de um pequeno caminhão na referida praça empurrando os objetos no carrinho ou carregando-os nos ombros. As primeiras conversas revelaram as origens dos vendedores e dos objetos, as possibilidades comerciais levantadas por Elisa Cunha (2006), as composições do ofício entre os redeiros e as viagens nordeste/sudeste. Somente a partir do conhecimento de como funcionam os modos de comercialização e distribuição dos objetos das tecelagens nordestinas foi que pude desenvolver métodos de pesquisa que conversassem com a busca das práticas de venda e o modo de vida itinerante dos redeiros. Propostas de mapeamento dos trajetos e contabilidade dos objetos surgiram, diários de uso do tempo com observações pessoais dos vendedores foram elaborados, contudo, como explanei anteriormente, nem sempre o que encontramos durante o processo de pesquisa de campo corresponde às nossas idealizações metodológicas. Essa pesquisa tratando da mobilidade de sujeitos móveis predominantemente masculinos criou sua própria complicação

até que eu conseguisse vislumbrar de qual forma conseguiria meu material de pesquisa. Além de uma mulher desconhecida ir atrás dos vendedores em seu momento de trabalho e de suas casas em busca de compreender o ordenamento de seu trabalho e da elaboração e estruturação da sua vida entre cidades, a desconfiança pairava frente aos ilegalismos que o comércio ambulante envolve. Em todas as minhas aproximações, mesmo que intermediadas por meu informante, eu tinha que reafirmar que não era jornalista e que as informações que estava coletando não iriam ser identificadas com seus porta-vozes.

Na próxima seção apresento os caminhos teóricos que marcaram os dispositivos de pesquisa e o rumo que foi seguido. Introduzo a partir de então dois autores que se voltam à perspectiva do estudo das interações sociais pela linha da mobilidade e, outros dois estudiosos que sensibilizam o estudo do social a partir das coisas, dos objetos.

### **1.3 O paradigma da mobilidade e o objeto como estudo**

Estudos recentes sobre mobilidades apontam para novas formas de explanações na busca do movimento no dia a dia. O paradigma da mobilidade proporciona novas construções empíricas, novas orientações analíticas, métodos e motivações de pesquisa no que se refere ao movimento de pessoas, objetos, informações e ideias.

Monika Buscher, John Urry e Katian Witchger (2011) demonstram que o paradigma da mobilidade aponta novas formas de compreender os movimentos de pessoas, objetos, informações. Os autores do paradigma da mobilidade ressaltam que muitas das pesquisas da ciência social presumem o contato face-a-face, a presença física dos sujeitos como base da existência social, enfim, uma metafísica da presença. Apontam que muitas das conexões entre pessoas não se dão exclusivamente pela proximidade. Existe todo um universo de presença ‘imaginada’ que também compõe a vida social que é formada por presenças e distâncias. Para os autores, a presença é ativada ou realizada a partir de sua interdependência com um processo de comunicação ou conexão entre pessoas. Para tanto, os autores nos mostram cinco tipos de mobilidades interdependentes que balizam a vida pela distância: *a viagem corporal*, viagens realizadas sem periodicidade que contrastam com as construções de tempo-espço cotidianas; *o movimento físico*, de toda coisa com determinado objetivo, de produtos a consumidores, envio de presentes, reconfigurações espaciais de pessoas como campo de refugiados, nomadismo etc; *a viagem imaginativa*, que pode ser tanto acionada pela fala como por imagens de movimentos apresentados por recursos visuais artísticos ou midiáticos; *a viagem virtual*, a qual proporciona a presença e a interação à distância geralmente em tempo

real e é capaz de conectar pessoas de diferentes origens sociais e geográficas; *a viagem comunicativa*, o contato entre pessoas através de um condutor comunicativo, mensagens, texto, cartas, telefone etc. A pesquisa empírica da mobilidade pode focar em um desses tipos de mobilidades. Os autores, contudo, observam sobre a complexidade da interdependência entre essas distinções de movimento e como também elas podem possuir um caráter motivador voluntário ou forçado, temporário ou estendido, prazeroso ou desconfortável, a presença de momentos de imobilidade no ‘percurso’. Todas essas possibilidades mantendo a conexão entre múltiplas distâncias.

Os autores ressaltam que os métodos existentes não conseguem lidar com a multiplicidade que exige diferentes formatos de pesquisa em diferentes localidades. Além disso, muitos métodos são precários às respostas sensoriais, sentimentais e à sinestesia que segue o movimento. Para suprir essas dificuldades metodológicas, os autores apontam para o desenvolvimento de técnicas de pesquisa que caminhem junto do campo dos sentidos, além de tentar rastrear de formas diversas as várias formas interdependentes de movimento que pessoas, imagens, informações e objetos produzem. De acordo com Buscher, Urry e Witchger (2011), o movimento não é governado por leis, nem deve ser utilizado na busca e compreensão de estruturas e gramáticas sociais. O desafio está em remontar e descrever os métodos que as pessoas utilizam para ativar, coordenar e criar a ordem social. A metodologia é criada em processo e os autores nos apresentam várias formas emergentes de metodologias empíricas do movimento. Em resumo, o paradigma do movimento proporciona o conhecimento de como as pessoas criam as sociabilidades em que vivem física e socialmente a partir da maneira que se movimentam e que mobilizam outras pessoas, objetos, informações e pensamentos.

A observação em si é a base da metodologia do movimento, contudo o que vem se desenvolvendo são as maneiras pelas quais são construídas essas observações, os dispositivos e as técnicas que são utilizados. A observação do movimento de pessoas e objetos pode configurar-se em uma observação participante, em que se acompanha de perto o deslocamento em estudo, mas também pode compor uma observação à distância, utilizando o mapeamento digital com o uso do GPS, por exemplo. Buscher, Urry e Witchger (2011) demonstram que alguns pesquisadores se utilizam de algum tipo de intermédio na observação dos movimentos tais como filmadora, veículo, diários de tempo-espço, computador, celular, realidades virtuais em 3D, fotografias, memórias, notícias de jornal etc. Esses dispositivos podem tanto influenciar a maneira de olhar um objeto de pesquisa como podem se configurar no meio de deslocamento do pesquisado. Os autores apontam também que algumas pesquisas

acompanham o movimento de objetos, cartões postais, souvenirs, componentes de máquinas etc.

Podemos dizer que, em consonância com essa maneira de se pensar os movimentos e as associações humanas, Bruno Latour (2012) avança sobre o pensamento de como os objetos também cumprem um papel de condutores nas interações sociais. Segundo o autor, o ‘social’ deve ser encarado como registro do movimento, do deslocamento, de uma transformação, associações em que o espectro dos atores envolvidos é ampliado para além das definições macro distintas que designam as ações como material, econômica, psicológica, sociológica etc. “... social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas’ (Latour, 2012, p.100). Ao se indagar sobre a capacidade dos vínculos sociais manterem-se duradouramente, Latour (2012) aponta que é a partir desse ponto de vista que os objetos e as coisas passam a permear e a conduzir as relações sociais, aparecendo assim com relevância.

De uma forma mais amplificada o autor declara que a ação social não é assumida somente por diferentes atores sociais, levando adiante modos de agir e forças sociais, mas que cabe também aos objetos, não somente em seu curso normal de ação (tapetes *adornam* o ambiente, *limpam* os pés), mas que além de designarem ações “puras” podem compor modificações a determinada situação fazendo diferença no decorrer da ação. Isso não significa que os objetos determinem ou complementem a cena como um todo, que façam coisas no lugar dos humanos, as xícaras não fazem o café assim como os fogões não preparam a comida, mas que para além de cumprirem um pano de fundo para a ação, os objetos “[...] as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.” (Latour, 2012, p. 109). Para que o pesquisador consiga explicar a extensão de uma interação, deve-se propor de antemão explicitar quem e também o que participa da ação como um todo.

“Quanto mais os pensadores radicais insistem em atrair a atenção para os humanos nas margens e na periferia, menos citam objetos. Como se uma poderosa maldição houvesse sido lançada sobre as coisas, elas permanecem adormecidas como servos de um castelo encantado. No entanto, uma vez libertas do feitiço, começam a espreguiçar-se, a esticar-se, a balbuciar. Enxameiam então em todas as direções, sacudindo os atores humanos para despertá-los de seu sono dogmático”. (Latour, 2012, p.111)

De acordo com o autor, os objetos deixam de ser mediadores das ações humanas e passam a ser intermediários, à medida que induzem pessoas e coisas a agirem. Assim, o poder dos objetos sobre as relações sociais fica claro, não se posicionam apenas na reverberação da ação. Desta forma, os objetos e as coisas precisam compor os relatos de pesquisa, tornando-os

partícipes da interação.

Na mesma linha, Arjun Appadurai (2015) propõe uma perspectiva sobre a circulação de mercadorias na vida social, defendendo que os objetos podem sim estabelecer vínculos sociais autênticos. Parte da proposta de observarmos as coisas “(...) durante os variados percursos e trajetórias que elas fazem e traçam na sociedade por meio das diferentes esferas de circulação nela existentes” (Appadurai, 2015, p. 10). A partir do pressuposto que as coisas, assim como as pessoas possuem vida social, a trajetória das mesmas, seus usos, suas formas, podem elucidar as transações e os contextos humanos. Para o autor, são os objetos em movimento que ilustram as composições sociais.

Ao se debruçar sobre o movimento mercantil das coisas, Appadurai estabelece que em determinada situação, em algum ponto de suas vidas sociais, as coisas podem vir a se tornar mercadorias. Fazendo essa afirmação, o autor destaca que:

“Isso significa olhar para o potencial mercantil de todas as coisas, em vez de buscar em vão a mágica distinção entre mercadorias e outros tipos de coisas. Também significa romper de um modo categórico com a visão marxista da mercadoria, dominada pela perspectiva da produção, e concentrar-se em toda a trajetória, desde a produção, passando pela troca/distribuição até o consumo”. (Appadurai, 2015, p. 27)

Para o autor, o que ele chama de *candidatura* de coisas ao estado de mercadorias, é uma condição muito mais conceitual do que temporal, e que por isso, na maioria das sociedades, é possível observar uma construção que defina o mundo das coisas, os agrupamentos das mesmas e aquilo que as distinguem vinculando valores, na medida em que proporcionam práticas e regras de circulação. Observar objetos, portanto, nos conecta a movimentos de interação que nos revelam ambientes culturais e históricos específicos. “Mercadorias representam formas sociais e partilhas de conhecimento muito complexas” (Appadurai, 2015, p. 60) Para tanto, faz-se útil observar ou se ter o conhecimento sobre diversos momentos das ‘carreiras’ das mercadorias.

Os objetos das tecelagens nordestinas compõem o desenvolvimento de um circuito comercial com suas rotas e maneiras de vendas próprias. Tais objetos se distinguem por redes, tapetes, mantas de sofá, roupas de cama, toalhas de mesa, pano de prato dentre outros similares compostos de algodão, como mencionado anteriormente. Nem todas as mercadorias comercializadas pelos redeiros são produzidas nas tecelagens da Paraíba ou no Rio Grande do Norte. Um dos redeiros me contou que um tipo de manta estampada, de micro fibra, vem do Chile e chega aqui pela fronteira, nas movimentações comerciais do Paraguai. Outro me disse também que um tipo de toalha de mesa, rendada e de tecido diferente, também não era produzida no Nordeste e que, na verdade ele não sabia de onde vinha, só que estava

disponível no galpão para ele revender. Mas sempre nos carrinhos dos redeiros lá estavam as famosas redes, os tapetes, as mantas de sofá legítimas das tecelagens. Seguem as fotos de alguns exemplares dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas e as mantas que provavelmente são fabricadas no Chile:

Figura 2 - Exemplares de rede e tapetes produzidos nas tecelagens nordestinas.



Fonte: fotografia da autora.

Figura 3 - Objetos do circuito empilhados no galpão do distribuidor.



Fonte: fotografia da autora.

Figura 4 - Objetos do circuito empilhados no galpão do distribuidor.



Fonte: fotografia da autora.

Figura 5 - Manta provavelmente produzida no Chile revendida pelos redeiros.



Fonte: fotografia da autora.

Figura 6 - Manta provavelmente produzida no Chile revendida pelos redeiros.



Fonte: fotografia da autora.

Estudar o movimento de pessoas envolve também, nesse caso, o estudo dos

movimentos dos objetos que pertencem a esse deslocamento mercantil, os movimentos de informações e ideias que compõem as articulações do circuito. Compreender as estratégias e táticas de mobilidade dos redeiros sob novas formas implica perceber que os deslocamentos na cidade e entre cidades compõem o fluxo constitutivo do circuito dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas. Ir atrás do cliente simplesmente não responde à formação de um mercado tão extenso e complexo. As grandes fábricas de linhas de algodão e as tecelagens impulsionaram a produção em grande escala desses objetos no nordeste brasileiro. Contudo, aproximando-me do processo de distribuição desse mercado me dei conta que, anteriormente ao impulsionamento da produção para as viagens, existia uma vontade de sair pelo mundo, de pegar viagem. Os deslocamentos não só compunham os movimentos comerciais do circuito, mas também surgiam dos desejos das mudanças pessoais desses vendedores. Então o desafio era, enxergar os caminhos de venda, suas táticas e negociações conjuntamente ao modo de vida dos redeiros que os levam para essas outras cidades.

Como a metodologia foi criada durante o processo de investigação, alguns dispositivos não foram aceitos pelos redeiros, o que me levou ao uso da entrevista como método de pesquisa qualitativa participante, sendo esta a única maneira que consegui para me situar de perto e próxima do modo de vida desses vendedores. Tentativas foram feitas para me aproximar dos métodos que os redeiros utilizam para coordenar suas próprias vendas e de mapeamento dessas rotas comerciais na cidade e entre cidades, entretanto, não foram aceitas pelos mesmos. Contudo, ao longo da minha convivência com eles, a entrevista se destacou como método bastante propício para abordar como o movimento dessas pessoas criam suas sociabilidades e percepções do trabalho e da vida. Ainda pude conhecer como a comercialização/movimentação desses objetos permeiam as relações sociais estabelecidas entre e pelos redeiros.

A composição do comércio de rua revela as relações e as negociações construídas durante o processo de distribuição cotidiano. Nessa busca, um diário de uso do tempo foi pensado no intuito de demonstrar as construções cotidianas das vendas de cada redeiro. O diário buscava mostrar a quantidade e as especificidades de algumas atividades realizadas durante o comércio nas ruas. Alimentação, transporte, dinheiro, descanso, balanço de vendas, intervenções da fiscalização e mudanças de percursos. Contudo, como já foi colocado, o uso desse diário não foi aceito pelos redeiros.

Assim como não conseguimos prever o que esperar do campo, não podemos prever o uso positivo dos dispositivos metodológicos apresentados. A aproximação na rua diretamente com os redeiros, além ser de difícil encontrá-los, muitas vezes me colocava na situação de

repórter ou algum cagueta para a fiscalização, assim quase nada tirei das ruas propriamente. Levando a proposta diretamente para eles, no bairro onde moram, não se dispuseram a colaborar com a pesquisa assim tão intensamente (preenchendo o diário por uma semana e revezando o uso de aparelho celular que estaria conectado ao GPS). Porém, um dos redeiros, que aqui chamo de Jonas, me ajudou na aproximação com outros e a partir daí passei a construir minhas entrevistas individuais. Muitos nem a entrevista topavam. Certa feita, numa sexta feira à noite, enquanto entrevistava um rapaz (na casa desse meu informante, em que ele e a esposa serviam café da manhã e janta, e onde eu consegui a maioria das minhas entrevistas) um outro vendedor, meio alterado pela bebida, passou por nós cutucando o sujeito, apontando para mim, e juntando os pulsos em claro sinal de que conversar comigo podia dar cadeia. O rapaz riu e eu fiquei na minha. A ilegalidade do trabalho, o pequeno agrupamento que compunham, talvez por não constituírem-se em sujeitos que são acionados com frequência, ou com alguma frequência, para pesquisas sociais, nos afastavam sob a predominância da desconfiança.

Antes de conhecer Jonas, me aproximei dos redeiros por intermédio das agentes da zoonose da Regional do bairro em que moram. Após diversas tentativas de conversa, semanas se passando, batendo de porta em porta, Rosa, uma das agentes, sem saber, levou-me a casa de um dos distribuidores dos objetos. Na primeira conversa que tive com esse redeiro ele me pareceu aberto às minhas indagações, conversamos durante umas duas horas. Sua esposa sentou-se ao lado dele em determinado momento e acompanhou o restante da entrevista. Uma hora soltou para o marido “Você tá sendo gravado nessa maquininha ai!”, e o marido respondeu olhando para mim “Mas eu tô fazendo o certo, né?”. Respondi positivamente e fui apressando a conversa. Enquanto isso escutava Rosa confirmando para ela que a entrevista era para universidade e que não havia problema em responder. Porém, quando retornei à essa casa para uma segunda conversa, a esposa me expulsou do recinto, e disse firmemente que não iriam mais falar comigo. E de nada adiantava minhas indagações do porquê ou minhas comprovações da pesquisa em andamento. Neste dia, segui adiante pela rua, completamente desiludida. Atravessei a rua, pedi um café na casa do Jonas, que tinha umas mesas de plástico na frente, mas não parecia um bar propriamente, e expliquei para ele minha situação. Até aquele momento, meses depois do início do campo, tinha comigo somente uma entrevista e não via perspectiva em continuá-la. Sem a ajuda dele, da sua esposa, e da sua sogra não teria conseguido concluir a pesquisa.

A confiança tida por Jonas e pelos outros que aparecem aqui nessa pesquisa, é retribuída nesse texto seguindo as normas éticas que uma pesquisadora no meu contexto deve

se valer. Todos os nomes dos redeiros são fictícios, assim como o lugar, bairro e rua onde moram, os lugares específicos de venda citados também não serão revelados. No próximo capítulo apresento o resultado das entrevistas que desenvolvi com eles e o desenrolar da minha entrada em campo.

## **2 A VIAGEM DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O MUNDO**

Este capítulo apresenta as trajetórias individuais dos redeiros e como essas se configuram dentro do circuito comercial dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas. O objetivo de análise dessas descrições é compreender como cada redeiro articula seu processo de venda, organiza e percebe as viagens e os deslocamentos comerciais. Dentro dessa análise cabe observar também o desenvolvimento do circuito desses objetos perante as práticas de trabalho descritas. Desta forma, vou em busca das maneiras que se desenvolvem os deslocamentos no processo comercial, para então observar de que forma o processo de comercialização desses produtos pode contribuir para um modo de vida entre cidades.

### **2.1 Chegando ao bairro**

Chegando na Regional da Prefeitura do bairro onde moram os redeiros na grande Belo Horizonte, fui muito bem recebida, logo as agentes da zoonose se colocaram a me ajudar deixando que as acompanhasse nas visitas às casas. Elas identificaram o agrupamento que eu estava pesquisando e sabiam com exatidão onde residiam. Seguiram-se muitas semanas voltando pra casa sem nenhuma informação relevante, até que Rosa me levasse a casa do distribuidor (da qual fui expulsa quando retornei) foi quando logo depois conheci Jonas. Juntamente a esse processo somavam-se buscas esporádicas por eles nas ruas, algumas vezes indicadas por alguém, outras na sorte e na intuição.

Entrevistando Rosa no sofá de sua sala, nas primeiras idas às casas dos redeiros, ela me conta de quando eles chegaram por lá e da expansão do próprio bairro. Em meados da década de 1960, a região começava a ser ocupada pelos trabalhadores das indústrias que se instalaram por lá em grande quantidade. Ela conta que foi morar lá nessa época, quando o pai conseguiu um barracão pra morar disponibilizado pela empresa que trabalhava. O crescimento do bairro e região como um todo se deu rapidamente. Em sua análise, Rosa, que estava lá desde quando não existiam ruas, escolas, luz, enxerga que a rápida expansão da região se deu nos caminhos e na mão de obra de trabalhadores que vinham do interior e de outras cidades, procurando emprego no grande polo industrial do estado.

Há nove anos trabalha como agente de controle na seção de Zoonose da regional e adora trabalhar no contato com as pessoas, por isso, construiu muitas amizades pelo bairro frutos do trato de seu ofício. Disse-me que não sabia se era por timidez ou porque são mais ariscos mas que, em alguns casos, os redeiros não deixaram ela entrar na casa. Segundo ela, a

maioria deles costumam ser mais reservados e que se socializam mais entre eles. Que são reservados, isso eu percebi rapidamente. Dos momentos que consegui entrar na casa ou no barracão onde moram, Rosa me descreveu assim:

“Porque, você entra assim na casa deles, a maioria não tem móveis, alguns sim, os que estão há mais tempo aqui. Os que vão chegando não tem. Às vezes, tem uma mesinha, alguma coisinha, rede, não tem cama os que estão vindo agora, que não arrumaram a vida, os que vieram há mais tempo tem as coisinhas deles”.

Ela não soube me precisar há quanto tempo os redeiros estão ali habitando aquele bairro. Sugeriu que eu perguntasse a Seu Belarmino, que aluga uns barracões e o galpão para eles. Belarmino é contemporâneo do pai de Rosa e trabalharam juntos muitos anos na mesma empresa. Logo que se acomodou naquela região, comprou mais três lotes, onde aluga os barracões e a casa onde fica um galpão com os produtos do comércio ambulante dos redeiros.

Seu Belarmino tem 80 anos e é natural de Mariana (MG). Está aposentado e diz que já foi também comerciante, vendeu de cachaça a remédios. Construiu seu primeiro barraco no bairro no início dos anos 1960, quando ainda não havia rua que chegasse à porta de casa e pegava leite da vaca da vizinha. Belarmino é referência há muitos anos no bairro para todo tipo de necessidade. Há mais ou menos 15 anos alugou os primeiros barracões para os redeiros. Conta que antes disso os redeiros moravam na parte industrial da região e que um incidente envolvendo um incêndio num caminhão de mercadorias e um assassinato de um redeiro os levaram para lá. Não soube me especificar o ocorrido, mas me precisou que foi a partir desse momento que os redeiros passaram a desembarcar no bairro.

Durante as entrevistas com os redeiros ficou claro que, ao chegar na capital mineira, o destino de moradia é direcionado para esse bairro da região metropolitana. Alguns até estranharam o fato de eu saber onde moravam quando os abordava nas ruas. Em uma rua específica mora a maioria deles, onde também fica a casa de Jonas com a sua garagem e cozinha abertas para as refeições. Segue agora sua história e os dados das entrevistas e dos demais redeiros que tive contato.

## **2.2 O ramo, a viagem e a casa**

### *2.2.1 Genival, 41 anos, Brejo do Cruz (PB)*

Genival é redeiro há 25 anos e conhece o ramo comercial desde pequeno pois todos os homens de sua família entraram para o comércio. Como ele disse, a família ‘todinha’ trabalha no ramo, só não trabalham as mulheres. Desde 1999 vem para a região metropolitana de Belo

Horizonte combinando curtos períodos por aqui e longas estadias fora. Há cinco anos é um dos distribuidores dos objetos do circuito, mas não por isso deixa de praticar as vendas. Por causa do trabalho de distribuir e vender, contou que nos últimos anos está passando mais tempo por aqui do que na Paraíba. Guarda as mercadorias em sua grande casa de dois pavimentos, garagem com uma camionete, varanda e algumas redes penduradas. Ele mora com mais dois irmãos, um filho, a esposa, primos e conhecidos que vão e vem. Na porta de sua casa é costume ver carros e pequenos caminhões de outros redeiros, sendo abastecidos com os objetos. Essas viagens com o veículo abastecido de mercadorias podem durar uma semana entre as cidades da região metropolitana e do interior e costumam ser feitas por mais de um redeiro. É importante ressaltar que cada redeiro constrói seu tempo de trabalho e trajetos de venda.

Genival conta que quando o redeiro chega do Nordeste costuma trabalhar direto quase sem dia de folga, mas depois de três ou quatro meses vai desacelerando. Falou também que tem redeiro que chega a fazer 15 km por dia a pé. As implicações na organização do trabalho são características de um tipo de comércio ambulante, ou seja, cada dia é diferente do outro, tem dia que vende bem, tem outro que não vende nada e dia que só serve para cobrir as despesas. Sabe-se que as estações mais frias favorecem as vendas aqui no Sudeste e que o verão contribui para as vendas nas praias, principalmente as do Sul. Genival costuma ir para Santa Catarina nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Alguns colocam uma meta pessoal, outros se contentam com o que foi conseguido na oferta diária. Da mesma forma, não se estabelecem regiões ou bairros em que se pode trabalhar. Comumente, um vendedor recém-chegado à capital é instruído a ir a determinadas regiões com clientes mais acessíveis e uma fiscalização mais fácil de negociar ou inexistente. Parte da conversa que tive com Genival desenha um pouco da construção cotidiana das vendas:

Genival – Tem uns que vão pra Venda Nova, outros vão pra Betim, Barreiro, não vão tudo pra um canto só não. Ai divide, tem uns que pegam um ônibus e vão pro centro, do centro pegam outro ônibus e vão pra outros cantos também. Tem uns que já pegam ali pra cidadezinha vizinha, Santa Luzia, outros pegam pra Mateus Leme.

Rita – Mas o vendedor que vai para Venda Nova por exemplo, ele fica ali ou ele pode sair pra vender em outros lugares?

Genival – Não, ele vai pra qualquer canto, o destino é dele. Se ele quiser agora, assim, trabalhar em Venda Nova, ai ele vai pra Venda Nova. Ai, ele trabalhou e vendeu fraco no dia que ele foi, já muda já pra outra região, entendeu? Inclusive se o comércio tá fraco ele vai pra outra região pra melhorar, né?!

Rita – Entendi, e tem alguma conexão com loja ou feira, as vendas?

Genival – Não tem não. É mais o trabalho ambulante mesmo autônomo. Se você quiser botar o comércio na loja tem que esperar freguês e eles vão encontrar é o freguês na rua, sabe como é? Por que você coloca o comércio num canto, numa loja, o freguês tem que ir até você, e na rua você está procurando o freguês. É mais fácil pra você vender, né?! Você mora numa Belo Horizonte, como é que a pessoa sabe que você tá vendendo aqui? Se a pessoa encontrar com você, se ela tá interessada já compra já!

Se fazer ver como vendedor e expor os objetos comercializados ao desfrute do freguês. Um modo de venda que a rua constitui por possibilitar as mercadorias à vista e abarcar uma diversidade de compradores diretos. As viagens de pequenas distâncias nunca param durante o ano. Genival, além de ir nas cidades próximas vender, ainda realiza as viagens à Paraíba para repor o estoque que revende. Relata que não sabe exatamente onde pode estar na próxima semana e diz que viaja de todo tipo de transporte que tiver, vai de carro, de ônibus, de avião.

Genival convive por aqui desde a época que os redeiros moravam para os lados da região industrial, contemporâneo ao caso do incêndio no caminhão contado por seu Belarmino. Mas em sua versão o evento não foi levantado e, segundo ele, os redeiros passaram a se somar naquela rua porque alguém conhecido já se estabelecia por lá e, juntamente a isso, o bairro metropolitano oferece ônibus para todas as regiões da capital e do interior e realizam viagens mais rápidas do que os transportes mais centralizados.

Tive contato com dois distribuidores, (os quais, no texto da Elisa Cunha (2006) aparecem como *encarregados*, mas ouvi pouco essas nomeações por aqui) Genival e outro distribuidor que possui um galpão naquela rua repleto de objetos (tapetes, redes, mantas), mas nem todas as mercadorias necessariamente são oriundas das tecelagens de algodão nordestinas. Um dos entrevistados que aparece mais adiante, informou que são os dois os únicos a realizar essa parte do circuito: ir à Paraíba e fazer os movimentos das mercadorias e dos redeiros para cá. O distribuidor que aluga o galpão sempre fugia da minha conversa quando visitava o bairro, até que um dia eu assumi que ele não iria falar comigo mesmo. Consegui entrar no galpão e tirar as fotos quando fui lá como compradora dos objetos num fim de semana e um redeiro me recebeu, pois o distribuidor estava em viagem. Os vendedores adquirem a mercadoria da maneira que preferem, podem pagar pelos objetos comercializados de um dia, uma semana ou até um mês, como também podem retirar quantidades variáveis de mercadoria em momentos esparsos de forma consignada. Outro distribuidor também se estabelece naquela rua, mas foca as vendas no ramo das meias, carteiras e cintos, produtos que eu não consegui precisar a origem. Esses objetos são vistos pelos redeiros como muamba, e seus vendedores são chamados de muambeiros.

Uma pergunta feita em todas as conversas procurava atingir a percepção de moradia

dos redeiros, frente às viagens e deslocamentos constantes entre cidades. Onde consideravam ser sua casa? Genival respondeu: “Morar, morar mesmo a gente fixa é na Paraíba, mas a gente mora mais aqui do que lá, né?! Por que a gente passa um ano aqui e trinta, quarenta dias na Paraíba. A gente mora aqui e passeia lá”. Percepções de moradia que perpassam os dois lugares foram marcantes nas entrevistas. A perspectiva da casa podendo se relacionar tanto aqui como lá.

### 2.2.2 Gilson, 39 anos, Brejo do Cruz (PB)

Antes de ser vendedor Gilson trabalhava na roça junto aos seus familiares na Paraíba. Após a venda das terras resolveu que era melhor encarar as viagens e revender os produtos das tecelagens do que trabalhar em um emprego em que se ganha um salário fixo. Nas palavras dele ‘emprego mesmo’ é o trabalho fixo, qualquer lugar que se remunera em salário. O que ele faz é vender, e é bem melhor vender do que ter um emprego. Iniciou o ofício há dez anos, revendendo os objetos na Paraíba mesmo e há seis anos mora por aqui. Gilson não possui uma relação direta com as tecelagens, nenhum membro de sua família trabalha na confecção dos objetos. Seu recurso é comprar dos revendedores, assim como os restantes redeiros dessa pesquisa. As viagens de Gilson à Paraíba visam o descanso e a permanência em sua casa natal. Dois de seus irmãos também são redeiros e costumam ir para Goiás e Mato Grosso, num esquema parecido com o dele: ficam cerca de três meses cumprindo a viagem e voltam para Brejo do Cruz onde permanecem por volta de quarenta dias. Por mais que permaneça mais tempo residindo por aqui, ele fez questão de me enfatizar que mora mesmo é em Brejo do Cruz, lá está sua casa.

O dia de trabalho dele se inicia geralmente às sete da manhã, pega dois ônibus que o levam ao destino que escolheu para as vendas, toma seu café por lá e retorna entre dezesseis e dezessete horas. Costuma ficar em uma região apenas e em pontos fixos. No dia que o encontrei na rua, ele estava em frente a uma galeria de lojas de roupas popular na cidade, encostado na parede de fora e os produtos à mostra em frente. Não é difícil identificá-los na paisagem urbana, basta ficar um pouco atento. Quando carregam as mercadorias nos ombros conseguimos identificar rapidamente, até porque levam as redes geralmente no ombro.

Não só Gilson, mas outros redeiros também criam uma relação de proximidade e troca com os comerciantes locais onde estabelecem alguns pontos de venda. Gilson costuma almoçar no mesmo lugar e lá faz o uso do banheiro e tem a confiança de deixar as mercadorias caso precise sair do ponto. Durante a semana ele trabalha seis dias, o dia de descanso pode ser qualquer dia. Se um dia estiver chovendo muito, este pode ser o dia, não

precisa ser em um sábado ou domingo, tudo vai depender do que o local de venda está oferecendo naquele período. O percurso das vendas é livre, cada redeiro escolhe o melhor local para cada momento, mas como Gilson mesmo disse, vender no centro é arriscar. Ele nunca teve suas mercadorias apreendidas, pois de acordo com seus argumentos, evita os lugares com maior concentração de fiscais, as regiões centrais, as grandes avenidas, polos de confecção e as feiras. Gilson estava de calça jeans, chinelos e blusa branca de algodão. A região que fica está localizada em um bairro de classe média alta em Belo Horizonte, e conta que ali vende para todo tipo de gente, madame, senhor de idade, para os comerciantes e para pessoas de mais baixa renda. Perguntei a ele sobre os objetos de Resende Costa e ele respondeu que nunca os havia visto.

Gilson foi o único que me falou que veio como *corretor*, sem que eu mencionasse a expressão ou perguntasse a ele sobre o assunto. Contou que dorme no galpão com mais uns doze redeiros e que sua retirada de mercadorias com o *encarregado* depende do seu faturamento. Algumas vezes paga a mercadoria de um mês todo, outras por semana e até por dia. Por estar sempre na mesma região, tem cliente que ele aceita até cheque. Revelou que o preço, em peças iguais, pode variar entre R\$ 5,0 e R\$ 10,0 na mão de cada redeiro e que, o valor de cada objeto é atribuído pelo tamanho e qualidade do trabalho na confecção.

### 2.2.3 Jonas, 45 anos, Brejo do Cruz (PB)

Jonas teve seu primeiro emprego nas tecelagens de rede, o qual perdurou por dez anos. Depois disso trabalhou como frentista de posto e como padeiro. Começou nas viagens porque, segundo ele, o trabalho lá na Paraíba é difícil e mal remunerado. Começou sua vida como redeiro há oito anos em Fortaleza e, por volta de quatro anos atrás estabeleceu-se por aqui. Veio para cá seguindo os passos de seu irmão que já estava por aqui há dez anos. Informou que hoje em dia a vazão dos produtos das tecelagens diminuiu, mas que o circuito ainda existe e lida com seu ofício como uma tradição “[...] aquela rede produzida tinha que sair pra fora pra vender, aí que se criou essa tradição”. Segundo Jonas, com a redução das vendas dos produtos das fábricas e tecelagens, outros objetos, de diferentes origens, foram aparecendo entre os vendedores do circuito. Há alguns meses passou a vender meias, cintos e carteiras, que são distribuídos por outros revendedores. Muitos redeiros que moram nessa região trocaram seu comércio para esses produtos. Jonas explica as diferentes classificações do circuito, *tecelão* é aquele que fabrica as redes e outros objetos de algodão, *redeiro* é quem sai no mundo para vender esses objetos e *muambeiro* vende qualquer outra mercadoria. Atualmente ele se identifica como muambeiro.

Jonas foi meu mediador com a maioria dos vendedores que entrevistei, ajudava a identificar aqueles que trabalham ou trabalharam como redeiros e, muitas das vezes, os convenciam, junto a mim, a ceder a entrevista. Esse arranjo se deu porque ele mais a esposa montaram na garagem, que dá para a cozinha, um espaço de venda de café da manhã e janta para os redeiros. Ali na sua casa há, portanto, um ponto de encontro dos redeiros e muambeiros. Com ele moram sua esposa, sogra e seus três filhos. Quando perguntei sobre as mulheres no ramo, ele me falou que são muito poucas as que saem para vender, a maioria permanece na Paraíba ou quando viajam junto dos homens desenvolvem o trabalho doméstico. Durante minha convivência na região onde vivem, não tive contato com uma redeira e nem fiquei sabendo de nenhuma por lá.

Jonas não tem hora para trabalhar; isso varia conforme as vendas do dia, assim como o dia de folga. Desloca-se pelas cidades através do transporte público e seu cotidiano de trabalho é nas ruas como os demais vendedores, caminhando com os produtos à mostra ou batendo de porta em porta. Em sua casa tinha dois carrinhos que os redeiros utilizam para transportar as mercadorias. Contou que são produzidos também no Nordeste em pequenas oficinas e trazidos nos caminhões juntos dos objetos. Com ele eu conversei sobre os produtos de Resende Costa, que são muito parecidos com os objetos das tecelagens nordestinas, e só me disse que, independente do produto que vende, todos têm que trabalhar de alguma forma e que desconhece esses produtos.



Figura 7 - Carrinho de transporte dos objetos de venda dos redeiros.

Foto: fotografia da autora.

A fiscalização perturba, mas ao mesmo tempo negocia. Jonas me conta que o jogo é

assim e elucida: “Assim como existe camelô tem que existir fiscal, e que se eles não fizerem o trabalho deles do jeito que é pra fazer vão ser despedidos. A gente precisa trabalhar e eles também”. Aponta que nem todos montam o percurso de venda levando em consideração a presença de fiscais na área e se arriscam, porque são, ao mesmo tempo, os melhores lugares para a saída dos produtos. Isso também porque, muitas das vezes, os próprios fiscais alertam os vendedores para se retirarem ou até mesmo devolvem as mercadorias se apreendidas. Porém, Jonas conta que muitos acabam indo para o mesmo canto onde se sentem mais seguros para vender e resume: “É uma coisa que todo mundo já sabe, né? Tipo assim, você vai lá pro centro de Belo Horizonte para trabalhar, você sabe que você está arriscando a sua mercadoria, porque é uma lei, né? O código de postura daquela cidade é aquele. Ai é assim... Mas tem canto que eles só chega e fala que não pode vender, da uma chance, né?”.

#### 2.2.4 Leonardo, 21 anos, João Pessoa (PB)

Leonardo trabalha por aqui há um ano e três meses. Sempre morou na capital da Paraíba e foi depois que casou com uma mulher de Brejo do Cruz que conheceu o ramo e pegou viagem. Ele foi o único que teve contato de João Pessoa e por isso não conhecia a tradição das vendas desde sempre ou nem esperava cair no mundo a qualquer momento. Seus pais e tios são professores de música. Na capital trabalhou como “fichado” em diversas empresas hoje, como muambeiro, consegue tirar o que ele chama de o “a mais” mensalmente, o que o fez estabilizar por aqui. É o primeiro de sua família que sai para as vendas, costumam passar seis meses aqui e dois lá. Lá é em Brejo do Cruz, cidade de sua esposa e de uma tia. Conta que sente muita saudade dos amigos e dos irmãos mais novos que moram na capital.

Leonardo achou mais fácil começar vendendo as muambas (meias, cintos e carteiras) porque, segundo ele, de meia em meia hora sai um kit de meia além do peso que é carregar as redes e todo o resto. Não soube me falar onde são fabricadas as muambas que vende. Além disso, argumentou que a maioria dos redeiros são mais velhos, já tem fregueses e até que se crie esse status dentro do circuito demora um tempo. Constrói seu horário fixo de trabalho, todos os dias da semana de oito da manhã até às cinco da tarde e domingo até o meio dia. Durante as vendas, ele conta que para num *canto* e as oferece para quem aparece na frente. Dependendo do dia faz até promoção: dois kits de meias somando seis pares por R\$ 6,0 ganha mais um kit com três pares. A maioria dos trajetos faz de ônibus, mas já conseguiu uma carona de carro com um vendedor que vai para os mesmos cantos no fim de semana.

Leonardo ficava me alertando para o fato de não ser um redeiro ‘puro’, alegava que eu deveria procurar os mais velhos, mas eu retrucava argumentando que de alguma forma ele,

novo muambeiro, também compunha o circuito dos redeiros aqui em Belo Horizonte, porque ficou sabendo das viagens por eles e convive suas experiências de venda juntamente aos redeiros. Foi quando ele me disse entusiasmado: “Ah isso é! O centro dos paraíba é aqui! Quem vem pra trabalhar com muamba, vender rede, é aqui, não tem outro canto!”. O ‘aqui’ que se refere é o bairro em que moram. Ele me contou também que o comércio das redes está diminuindo, que os mais jovens saem de lá como redeiros, mas chegam aqui e vendem muamba.

Nos quatro meses que ele vende em um canto específico, já apreenderam suas mercadorias três vezes e teve que pagar para reavê-las. Costuma frequentar uma região mais movimentada e de muito comércio. Conta que já fez amizade com muitos comerciantes e quando consegue avistar o fiscal com antecedência, muitos o deixam guardar a mercadoria na loja, assim como outros afazeres como ir ao banheiro ou beber água. Segundo Leonardo, a região que ele frequenta não se compara à marcação da fiscalização da região hospitalar em Belo Horizonte pois, de acordo com ele, lá o fiscal anda junto da guarda municipal que, de acordo com alguns redeiros, são mais brutos. Leonardo conta que usam da “ignorância” e da brutalidade. Para Leonardo, tudo depende da pessoa que está por trás do uniforme: “Tem uns que já é gente boa, tem uns que não vale nada”. Alguns fiscais ao se aproximarem mandam ‘caminhar’, avisam para não ficarem no caminho deles, outros não dialogam, chegam de surpresa e apreendem a mercadoria.

### 2.2.5 *Geraldo, 56 anos, São Bento (PB)*

Geraldo conta que dos quinze até os vinte e cinco anos de idade viveu no mundo como redeiro e que através das viagens conheceu os 27 estados da federação ao visitar 3.676 municípios. Geraldo é o redeiro mais velho que eu conheci. Ele tem um problema auditivo, então nossa conversa foi muito marcada por suas longas falas e poucas interrupções realmente ouvidas por parte dele, o que ele achava importante registrar incluía em suas respostas. Contando sobre as vendas, formulou um panorama sobre o atual momento no ramo:

Geraldo – Eu vendo rede, cinto, carteira, manta, tapete para banheiro, pano de prato, conjunto para cozinha, capa para colchão, capa para sofá... eu trabalho com diversos produtos. Quando tá vendendo, né? Porque agora tá em queda, né? Caiu. Com essa recessão do governo federal, com essa troca de governo, que fica cada hora mudando, o povo acaba pagando um preço muito alto. O povo fica sem expectativa, fica doido. Você não sabe como o povo vai agir dentro do mercado.

Pôs-se a conjecturar sobre a influência do trabalho e das viagens no sustento de sua família e nas suas andanças pelo mundo. Ele mesmo fazia referência a essa economia de tipo

informal, definindo seu trabalho como não gerador de impostos. Chamou-o de capitalismo subterrâneo.

Aos 25 anos voltou para São Bento onde se elegeu vereador. De 1996 até 2001 trabalhou em Brasília como terceirizado num departamento de fiscalização, de onde foi mandado embora e veio para Belo Horizonte encontrar um dos irmãos que tinha se estabelecido por aqui. Eram 16 irmãos, todos foram redeiros em algum momento da vida. Disse que tem irmão morando em Piri-piri e Parnaíba (Piauí), no Maranhão, em Porto Alegre, em Brejo do Cruz, em São Bento, dentre outras cidades. Quando volta para São Bento, de quatro em quatro meses, convive com alguns irmãos, esposa e os três filhos. Costuma ir de avião, outras vezes de van fretada pelos próprios redeiros. Afirma que a casa dele é lá, que aqui é só o seu trabalho onde tem um quarto para dormir, mas que mora mesmo é em São Bento.

Em 2001, quando estava se ajeitando na região metropolitana de Belo Horizonte, conseguiu, através de suas influências políticas, uma licença para trabalhar como ambulante. Na administração seguinte, perdeu a concessão pela prefeitura, porém conta que deu seu ‘jeito’ e que conseguiu reavê-la através da Câmara dos Vereadores. E assim trabalha até hoje com sua licença em mãos e com a proteção de alguns vereadores que mantém contato.

Além de vereador e redeiro, Geraldo é também cordelista. Para ele, os homens não precisavam sair da Paraíba, são forçados porque, em suas palavras, as indústrias têxteis priorizam os negócios externos à região, e complementou “A minha cidade acovarda. Tão ruim, que joga seus filhos pra fora”. Terminou nossa conversa com três cordéis de temas diferentes e de sua autoria, mas um em especial fez sobre as viagens:

“Voltei para rever a terra que fui nascido e criado.

Nada eu vi do que deixei, mas fiquei inconformado!

Chorei buscando lembrança nas recordações do passado.

E também chorei magoado vendo a casinha singela.

Meus pais e meus irmãos não moram mais dentro dela.

É triste entrar numa casa sem ninguém morando nela.

Foi quando eu voltei”

#### 2.2.6 José Maria, 50 anos, Brejo do Cruz (PB)

José Maria nunca quis muito papo comigo, mas um dia, depois da sua janta, consegui conversar com ele rapidamente sobre o ofício. Há 15 anos trabalha como redeiro e veio parar na região metropolitana de Belo Horizonte por indicação de amigos. Começou a trabalhar como motorista do caminhão que faz transporte de mercadorias e de redeiros. Antes de vir para cá, trabalhava em Brasília, mas diz que é melhor trabalhar de redeiro do que como servente em obras.

Folga aos domingos, como a maioria deles. Ele vende suas mercadorias no carro, que conta com uma aparelhagem de som que anuncia os produtos. O único que vi realizando essa modalidade de venda. E foi sucinto em sua explicação, “Sai anunciando, aí quando a pessoa sai na rua, a gente para, desce e despacha”. Não costuma vender no centro ou em regiões com fiscalização. Geralmente passa um mês em Brejo do Cruz para visitar sua mãe. Já ficou até dois anos sem ir para lá, e considera, ultimamente, que sua casa é aqui.

#### 2.2.7 *Guilherme, 28 anos, Serra Negra do Norte (RN)*

Guilherme é redeiro há 11 anos. Antes disso já trabalhava na fabricação de bonés com mais um irmão lá na sua cidade. Se diz ‘rodado’ porque já conheceu muitas cidades e estados do país através das viagens. Já foi para Florianópolis, Curitiba, Belém do Pará, Foz do Iguaçu, Acre, Mato Grosso, mas preferiu ficar por aqui. Alegou que o mineiro é mais receptivo e que um tio já trabalhava por aqui há muito tempo. Passava cerca de dois meses em cada cidade, antes de se estabilizar por aqui. Conta que em cada cidade que ele trabalhou como redeiro, havia um lugar de apoio, os galpões e revendedores dos objetos das tecelagens nordestinas e outros produtos do ramo como vi em Belo Horizonte e região metropolitana, além dos lugares para ficar e alugar. Guilherme também vai para as praias do Sul no verão e costuma passar quatro meses aqui e dois lá em Serra Negra do Norte. Mora numa casa alugada com o tio, dois primos e um colega, todos são redeiros.

Geralmente compra as mercadorias consignadas por dia com o revendedor. Trabalha de segunda a segunda, sábado e domingo larga mais cedo. Tudo isso depende de como foram as vendas no dia, se vendeu o esperado pela manhã, pode parar ou voltar para a rua e vender mais. Ele tem sua meta de ganho por dia. Já possui uma freguesia que o conhece, por isso vai nos mesmos lugares, em regiões periféricas e de favela. O preço dos produtos pode variar entre os redeiros. Falando sobre a cotação das redes, a mais simples, de solteiro, sem muitos ornamentos custa pra ele R\$ 18,0 e vende a R\$ 40,0. Uma rede maior e mais rebuscada sai por R\$ 50,0 e ele chega a vender por R\$ 170,0. Guilherme nunca teve a mercadoria confiscada, mas já foi abordado pela fiscalização. Assim como os outros já relataram, conseguiu, na

conversa, se livrar de ser multado.

Contou que tem vontade de um dia trazer sua família para passar um período de uns dois anos por aqui. Não deseja que eles mudem para cá, mas tem vontade que fiquem um tempo aqui com ele. Nas estadias no Nordeste, muitas das vezes o redeiro gasta o que foi economizado durante todo o período aqui, porque fica esse tempo sem trabalhar. Para Guilherme fica difícil se estabilizar como queria, porque o próprio custo das viagens é alto, e como ele mesmo diz “fica nessa bola de neve”. Quando perguntei onde considerava que morava, respondeu:

“Olha, eu vou falar pra você, eu fico dividido, viu?! Porque assim, eu gosto do Rio Grande do Norte onde eu moro, eu gosto muito! Minha família lá. Mas eu gosto aqui do trabalho. Eu sei assim, minha casa é lá e cá!”.

Estando lá e cá, ele gosta de viajar. Ressalta a viagem como um lugar de aprendizado, onde se consegue uma sabedoria econômica, emocional, de diversas naturezas. Fazer amizades, adquirir experiências sobre situações que talvez ele nunca iria passar. “Cê vai amadurecendo, cê vai aprendendo a viver, enxergando que a vida não é como a gente sempre pensou que fosse”. Essa é vida do redeiro, as viagens pelas cidades e entre cidades, e nas palavras dele:

“Redeiro é uma pessoa que sai de lá, vem pra cá pra conseguir a vida. Tem pessoas boas, tem pessoas ruins, mas é uma pessoa honesta e trabalhadora. Vive trabalhando ai pra tentar ganhar dinheiro pra juntar pra levar pra lá, pra ficar com a família. Uns tem a sabedoria de administrar, faz uma administração boa, acaba adquirindo outras coisas lá. Até que consegue se estabelecer por lá ou cá. É bom, é ótimo!”.

#### 2.2.8 João, 30 anos, Brejo do Cruz (PB)

João trabalha como redeiro há quatorze anos, mas está aqui, na região metropolitana de Belo Horizonte, somente há um mês. Ele alega que trabalha como redeiro porque não tem outro meio de vida e, segundo ele, só sabe fazer isso na vida, vender rede. Os tios são redeiros e seu único irmão também, que está em Fortaleza. João mora em cima do galpão do distribuidor que não quis falar comigo. O galpão tem dois andares e ele conta que mora com mais 15 redeiros, e que todos dormem na rede. Lá na Paraíba está seu pai, mãe e uma irmã. Ele não divide o tempo tão rigidamente como os outros, costuma ir pra lá quando dá e quando me respondeu onde é sua casa, disse contundente:

“Minha casa mesmo é na Paraíba, mas a gente vive mais no mundo, né?! Passa

mais tempo no mundo do que em casa”.

Contou que para ele tanto faz estar aqui ou lá, gosta mesmo é de conhecer novos lugares, e trabalhar cada dia em um bairro ou cidade diferente. Nunca apreenderam suas mercadorias, mas já foi abordado por fiscais. Com jeito, e com conversa, conseguiu que não levassem os produtos, “Quando eles pegam eles querem prender a mercadoria, mas aí a gente conversa direitinho, dá um jeito, e sai”. Para ele, quem já teve as mercadorias apreendidas, foi vender nas regiões centrais, onde as lojas e comércios locais costumam denunciar o comércio ambulante. Assim, os bairros, de acordo com a sua experiência, são os melhores lugares para a venda.

#### 2.2.9 Luiz, 26 anos, Serra Negra do Norte (RN)

Luiz veio pra cá com mais dois tios aos 14 anos. Antes disso, já trabalhava na sua cidade em uma das fábricas de boné. Serra Negra do Norte é conhecida como a cidade dos bonés. Parou de trabalhar na fábrica pois era menor de idade e não podia ser fichado. Foi então que optou pela viagem juntamente com os tios. Faz dez anos que trabalha na venda dos produtos das tecelagens nordestinas. Ele conta que, de dois anos para cá, as vendas caíram muito. Antes da crise econômica, diz ele, algumas vezes conseguia vender a meta do dia quando parava para tomar café da manhã na rua.

Luiz convive com os redeiros desde pequeno, pois via seus tios saindo em viagem e se estabelecendo com um padrão de vida bom, segundo ele. Os tios contavam que se economizasse, ele conseguiria voltar com dinheiro. Apareciam com motos novas e isso o aguçava a ir para as viagens desde criança, conta. Além disso, o mesmo salário mínimo de R\$ 300,0 que ganhava na época, seus tios faziam em uma semana nas vendas.

Ele que me contou sobre as mantas de microfibra, que são fabricadas no Chile, mas que também compõem os objetos do circuito das tecelagens nordestinas. Mora junto com João no galpão do distribuidor e trabalha diretamente para ele, ganhando por comissão em cima do valor de cada objeto vendido. Tem cinco anos que não volta ao Rio Grande do Norte porque, segundo ele, casou-se com uma moça daqui e não tem mais parentes próximos por lá. Costuma sair para as vendas às 7:30h e voltar às 17:30h. Leva os produtos no ombro e prefere também trabalhar nas regiões periféricas e de favela, onde alega que vende mais que nos bairros mais abastados. Contou que nunca viu os produtos de Resende Costa comercializados nas ruas, mas já viu outras pessoas, que não são da Paraíba ou do Rio Grande do Norte, venderem os produtos do circuito. De acordo com ele, qualquer um pode comprar as

mercadorias com os distribuidores e revendê-las. Alega que é raro ver essa ocorrência, mas pode acontecer.

Explicou como muitas vezes o processo das viagens pode-se tornar oneroso para os redeiros. Os gastos com a viagem podem ser muito altos, transporte, alimentação, além do tempo que permanecem sem trabalhar quando estão por lá. Alguns redeiros fazem um vale com o distribuidor para assegurar a viagem, que pode variar entre cinco e seis mil reais. Luiz conta que, com o prazo de quatro meses para compensar o vale, alguns não conseguem pagar e acumulam dívida com o distribuidor. Esse é o caso dele, já está com uma dívida de dezoito mil reais e com as vendas caindo, não vê muita perspectiva. Sua vontade é não mais ter que viajar, queria arrumar uma loja e viver por conta própria. Costuma viajar para vender nas cidades próximas juntamente aos outros redeiros que moram com ele. Saem todos juntos no caminhão do distribuidor a vão rumo às festas e eventos nas cidades vizinhas ou do interior. A rede mais barata sai para ele por R\$ 20,0 e a mais cara por R\$ 100,0. A manta de solteiro por R\$ 25,0 e de casal por R\$ 40,0 a R\$ 70,0. O tapete pequeno por R\$ 80,0 e o grande por R\$ 120,0 a R\$ 150,0. Costuma vender com um preço do qual consegue tirar uma boa comissão. O tapete grande, por exemplo, comercializa por R\$ 200,0, mas diz que algumas vezes arrisca dependendo do cliente e já conseguiu vender por R\$ 400,0.

#### 2.2.10 Adilson, 28 anos, São Bento (PB)

Adilson trabalhava nas tecelagens e há oito anos está como redeiro. Conta que é o que realmente sabe fazer da vida:

“É o trabalho de nós mesmo, é vender as coisas. A gente vai de um estado para o outro e fica rodando. Passa um tempo num canto, outro tempo num outro. Passa cinco meses aqui, vai embora. Passa dois meses lá, aí volta. Uns deve, outros não deve”.

Entrou no ramo porque consegue ganhar mais nas vendas do que no trabalho fixo das tecelagens. “No meio do mundo a gente ganha mais. O ramo é, tipo assim, nossa profissão, entende?”. Ele mora na mesma casa que Luiz e João. Hoje vende as muambas (carteira, meia, touca), alegando que está cansado de carregar os objetos das tecelagens. Não soube também me especificar a origem desses produtos. Já revendeu outras coisas também como DVD, óculos e relógio. Tem o costume de trabalhar sempre em bairro diferente. Pega trabalho todos os dias e só para quando está doente. Nunca teve sua mercadoria apreendida. Quando questionado sobre onde era sua casa, ele respondeu:

“Minha casa é na Paraíba! Aqui eu tô passando uma temporada, entendeu? Eu estou em viagem de trabalho. Aqui é três, quatro meses só. Passou disso, volta, independente ter feito alguma coisa, ou não”.

Adilson me contou que quando vai para lá tenta arrumar algum tipo de trabalho, não gosta de ficar sem nenhuma atividade. Sobre as viagens e os deslocamentos constantes, me fez referência como se esse fosse seu destino, uma vontade intrínseca a ele de pegar viagem, de conhecer outros cantos. Falou que não consegue passar mais do que dois meses em casa, que logo já quer colocar o ‘pé no mundo’. O mundo que ensina a se virar, como ele se referiu.

### **2.3 Ir para um canto e vender: essa é a vida.**

Os redeiros que tive contato durante o processo de pesquisa apresentam entre si alguns arranjos similares e outros nem tanto, mas todos compõem o que podemos chamar de uma unidade abrangente, que se encontra nas viagens, que integram o circuito de distribuição dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas. Esse arranjo maior não compreende circunstâncias fechadas e lapidadas de um processo de vendas cristalizado e muito menos inerte. Os arranjos das viagens são construídos pelas demandas dos próprios redeiros e dos distribuidores. Algumas épocas do ano, como o verão, e eventos específicos nas cidades vizinhas podem demarcar alguns períodos das viagens. Entretanto, depende da vontade do redeiro em participar delas e também em organizar sua volta para a cidade de origem e a vinda para Belo Horizonte. Como vimos também, ao longo dos últimos dois anos, o próprio giro econômico do circuito vem caindo. Além disso, nas falas dos vendedores, não se vê mais tantos redeiros circulando pelo país afora como se via antigamente. O próprio deslocamento aplicado nas vendas desses objetos pressupõe uma constante adaptação e atualização do comércio.

Contudo, são as especificidades com que os redeiros lidam com o trabalho e com as movimentações das vendas que tornam esse circuito singular. Diferentes são os tipos de comércio ambulante que encontramos nas ruas pelas cidades do país pois são oriundos de circuitos distintos de mercadorias e de modos diferentes de vida. No caso dos redeiros, ocupam o papel na distribuição dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas, industriais ou de manufatura, localizadas na região limítrofe entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Os objetos comercializados constituem-se no diferencial desses vendedores durante as vendas, pois são fabricados em uma região específica e, com isso, possuem uma característica regional marcante. A feitura e a trajetória das redes, mantas, tapetes etc. podem, nesse caso,

influenciar nas transações das mesmas. Assim como nos sugere Latour (2012) as coisas precisam estimular, sugerir, ensejar. Os deslocamentos sofridos por esses objetos podem permear as negociações comerciais, estimulando sua compra ou valorizado em seu próprio preço devido a origem. Não sendo o único fator estimulante para pegar viagem, esses objetos têm grande importância nos deslocamentos e modo de vida desses vendedores. A tradição na produção de manufaturas das redes de dormir e a confecção de objetos de uso diário influenciam em sua transação por todo o país. Sendo outros objetos, outras características de circuito seriam construídas e me pergunto até se existiria um circuito dos redeiros.

Existe também, até certo ponto, a proeminência de um circuito moldado para nordestinos oriundos dos estados de produção. Não é vetada a entrada de pessoas de fora dessa composição, de outros estados ou de outros ofícios. Porém, além de ser raro a sua ocorrência, a entrada no circuito e nas viagens de venda é desenvolvida no contexto familiar ou em relações de proximidade. A composição familiar do ofício influencia os mais jovens a querer pegar viagem e sustentar a ‘tradição’ comercial. Ademais, tornar-se redeiro é coordenar o trabalho comercial e as viagens em busca daquilo que o mundo pode oferecer. Relaciona-se ao desejo desses homens de cair no mundo e pegar viagem.

A organização do trabalho entre os redeiros possui características de um tipo de comércio ambulante. Nesse sentido, as implicações do vender nas ruas e a inconstância de cada dia compõem o cotidiano desses vendedores. Procurar os melhores lugares de venda e ir atrás do freguês integram essa organização, ou seja, os deslocamentos entre cidades e na cidade conformam as possibilidades de venda. Como comenta Genival “Você mora numa Belo Horizonte, como é que a pessoa sabe que você tá vendendo aqui?”. Comercializar nas ruas constitui-se, então, um modo de venda que possibilita uma maior proximidade do comprador com as mercadorias e do vendedor com uma diversidade de fregueses.

Os redeiros, portanto, rodam o país em busca de seus clientes e Belo Horizonte e região metropolitana aparecem como uma das localizações em que existe toda uma infraestrutura comercial do próprio circuito. No bairro onde moram encontram-se pontos de retirada das mercadorias, redes de informações para moradia, transporte e lugares de venda. Parentes e conterrâneos indicam os lugares de moradia quando chega um redeiro novo, e muitas vezes moram juntos na mesma casa ou no galpão do encarregado. Muitos já estão estabelecidos aqui por muito tempo e grande parte pretende passar ainda alguns anos trabalhando por aqui. Mesmo não sabendo onde pode ser o próximo canto que irão vender na semana seguinte, mantêm o fluxo comercial nas proximidades ou na própria cidade de Belo Horizonte.

Quando argumentam que vender no centro é arriscar, não indicam necessariamente o centro comercial da capital. Vários são os *centros* espalhados pela região metropolitana. O *centro* nesse caso é conformado por uma localidade em que se encontra maior movimentação comercial e de pessoas, conseqüentemente, com uma maior presença de fiscais e guardas municipais realizando as apreensões. O processo de distribuição dos objetos, pelo comércio ambulante, desenha-se em uma etapa ilegal de comercialização perante os códigos de posturas e as legislações das cidades nesse contexto. Arriscar torna-se quase que um acontecimento diário. Assim como Guilherme e Luiz preferem vender em bairros periféricos ou em regiões de favela, alegando que conseguem dar vazão em mais quantidade das mercadorias do que em bairros mais abastados, estar na rua comercializando é se arriscar. Os *centros* podem ser grandes avenidas movimentadas, pontos próximos a mercados ou shoppings, ruas próximas a prédios em que funcionam grandes instituições, polos de moda, os bairros centrais das cidades, regiões específicas que oferecem algum tipo de serviço. Constituem-se sim nos melhores lugares para venda devido à movimentação intensa, mas como apontado pelos redeiros, existe uma *conversa* com os fiscais quando autuados e, muitas das vezes, dar-se um *jeito* para conseguirem sair da situação ilesos.

O ramo do comércio ambulante dos redeiros tem suas particularidades no cotidiano de cada vendedor e nas circunstâncias que atravessam o ano. Trabalhar todos os dias por volta de dez horas consecutivas é o comum. Os dias de folga são escolhidos por cada redeiro que monta sua própria rotina. Alguns optam pelas viagens nas cidades vizinhas coordenada pelo *encarregado* que os deslocam no caminhão junto às mercadorias. Essas viagens se encontram nas datas festivas ou em eventos nas proximidades. O cotidiano das vendas de um redeiro sozinho pode levá-lo a fazer 15km por dia. Grande parte, para não falar de quase todos deles, ingressam nas idas e vindas constantes entre a cidade de origem e onde trabalham. Pelos relatos, propõem-se a passar de quatro a três meses trabalhando e retornam ao Nordeste, permanecendo cerca de dois meses. Não são todos que aplicam essa periodicidade. Assim como foi levantado que cada redeiro elabora seu cotidiano, não havia de ser diferente nas viagens. Alguns relataram permanecer por aqui por mais tempo, chegando a ficar por um ano sem voltar à cidade de origem. Existem as saídas programadas em conjunto para o Nordeste e para outras localidades mais distantes, mas cabe ao redeiro decidir sobre sua inclusão. As viagens para as praias do Sul, por exemplo, proporcionam uma maior vazão das mercadorias durante o verão. Nos meses de janeiro e fevereiro quase não se vê os redeiros pelas bandas de cá. Nas ruas onde moram, poucos são os que permanecem por aqui, consegue-se observar com mais destaque aqueles que trocaram de ramo e passaram a vender muambas ou aqueles

que sempre foram muambeiros.

De acordo com os relatos de Jonas, com a redução das vendas dos redeiros nos últimos anos, alguns, como ele mesmo, redirecionaram seu trabalho para a comercialização das muambas. No mesmo bairro onde moram existe um revendedor de meias, cintos e carteiras como apontado anteriormente. Esses produtos são vistos pelos redeiros como muamba e seus revendedores como muambeiros. As muambas que estão presentes entre as vendas dos redeiros compõem outro tipo de mercadorias que não faz parte do circuito da produção nordestina em questão, mas convivem com as redes, mantas e tapetes no mostruário de alguns deles. Alguns deles revelaram que vieram para cá em busca de integrar o comércio dos objetos das tecelagens nordestinas, mas migraram para as muambas alegando a saída mais fácil dos produtos e a prática de venda mais dinâmica. Vir como redeiro, chegar aqui e tornar-se muambeiro é uma prática comum entre os mais jovens. Chegam em Belo Horizonte e região metropolitana pelos caminhos do circuito de comercialização dos redeiros. Planejam ser um redeiro, como os familiares e conhecidos mais velhos o fizeram porém, o enfraquecimento econômico do circuito, ao menos aqui na região, afastam os novatos de embrenhar no ramo. Os mais velhos, ou de mais tempo no ramo, chegam a ser considerados redeiros ‘puros’, como denominou Leonardo.

O redeiro pode começar a vida do trabalho com diferentes tipos de empregos fixos até que se opte pela viagem. O emprego ‘fixo’, de carteira assinada, que se remunera em salário é tido comumente como uma ocupação laboral indesejada. Como nas palavras de Gilson “é bem melhor vender do que ter um emprego”. Fazer mais dinheiro no ramo é um dos atrativos para ingressar como redeiro. Assim como aconteceu com Luiz, que viu seu tio chegando com a moto nova na Paraíba e tirando em uma semana o que ele fazia em um mês, foi esse parente que conseguiu leva-lo para o ramo dos redeiros. O trabalho é vender, sair de um estado para o outro e ficar rodando, como bem explicita Adilson.

O vender, nesse caso, é bom para pensar tanto a perspectiva do redeiro sobre seu trabalho como também sobre o que estimula essa escolha. Vender mobiliza a perspectiva de ganhar mais do que em empregos de carteira assinada, mas aciona também, através da tradição, uma profissão com seus conhecimentos particulares e a possibilidade de varar tempos da vida em outras regiões, em outros cantos. Entrar para as vendas, tornar-se redeiro, possibilita pegar viagem e cair no mundo. Assim nas palavras de Adilson “No meio do mundo a gente ganha mais. O ramo é, tipo assim, nossa profissão, entende?”.

A casa muitas vezes é sentida como o lugar da fixidez, da consistência. Para a maioria dos redeiros que encontrei, aqui é o lugar do trabalho, e lá é o lugar do descanso, não

intervindo nessa concepção o lugar da casa propriamente. A casa fica atrelada a outras percepções que envolvem o tempo de estadia no lugar ou no próprio tempo fora dela. Em uma situação em que está disposto o aqui e o lá, ou seja, deslocar-se entre cidades, essa assimilação pode alternar. Concepção presente na fala de João “Minha casa mesmo é na Paraíba, mas a gente vive mais no mundo, né?! Passa mais tempo no mundo do que em casa”. Viver no mundo, está no desejo de se procurar as viagens como redeiro. A busca por lugares desconhecidos, por experiências que fazem amadurecer, por situações não antes vislumbradas impõem ao risco que a impermanência do mundo pode oferecer. A viagem possibilita passar mais tempo no mundo, experienciado como lugar de aprendizado, amadurecimento, onde se aprende a viver. A referência da casa está localizada, mas disputa com a duração de viver mais no mundo. Já na fala de Genival a alternância é explícita “Morar, morar mesmo a gente fixa é na Paraíba, mas a gente mora mais aqui do que lá, né?! Por que a gente passa um ano aqui e trinta, quarenta dias na Paraíba. A gente mora aqui e passeia lá”. A fixidez pode ser vista pela perspectiva do tempo em que se estabelece em algum lugar. Nesse sentido, onde localizar-se? Aqui ou lá? Genival mora em uma casa alugada aqui e tem sua casa própria na Paraíba. A propriedade então pode não ser o motivo referencial de onde se mora. Talvez o período de estadia em cada um dos dois lugares fundamente a percepção a respeito de agora se está morando aqui ou lá. Seguindo o pensamento, quando se está aqui visita-se lá, quando lá, trabalha-se aqui, como em outras falas foi capturado: “Eu sei assim, minha casa é aqui lá e cá!”, elucida Guilherme.

Outros estudos apontam para essa tradição ou vontade de cair no mundo. Por intermédio do trabalho ou por desejo próprio, algumas modalidades de arriscar-se na vida podem ser elaboradas. Cair no *trecho* se configura em uma dessas modalidades que abarca a liberdade de arriscar-se e fazer a vida. O que pode implicar, às viagens dos redeiros, uma tradicional cultura da andança, como iremos ver a seguir.

#### **2.4 O trecho e suas gradações**

Através do contato com MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), André Dumans Guedes (2011) iniciou seu estudo na cidade de Minaçu, norte de Goiás, sobre os trabalhadores que alí viviam e que pegavam o trecho. Perante as evidências observadas, Guedes (2011) procurou pensar de outras formas a relação entre os grandes projetos de desenvolvimento e a mobilidade espacial. O trecho, segundo o autor, refere-se à experiência de trabalhadores que arrumam emprego em mineradoras, empreiteiras, hidrelétricas, garimpos

dentre outros lugares, de forma temporária e distante do local de origem. Tal tipo de deslocamento para Guedes (2011) seria “o lócus por excelência do contato com o mundo”, explica o autor:

“Lógica e ontologicamente, o *mundo* é primeiro, é o que existe antes de mais nada. Enquanto fundamento da cosmologia que aqui esboço, ele remete ao turbilhão de movimentos marcados pelo rebuliço, pela instabilidade, pela incerteza e pela pura diferença. Talvez por isso ele assuste e encante ao mesmo tempo, e com tanta intensidade. Conhecer ou encarar o *mundo* é *cair na realidade*, é encarar a *vida*; e é dar-se conta do que há de contingente e provisório no lar e na família. É no *mundo* – longe de casa, no *trecho* – que o *mundo* – a *vida*, a *realidade* – se revela em toda a sua plenitude. Este *mundo* é, assim, um ‘lugar’ perigoso e traiçoeiro – mas também fascinante e repleto de possibilidades”. (Guedes, 2011, p. 227)

As experiências de deslocamento desses trabalhadores são pensadas como formas de estar no mundo, andar, rodar, estar no trecho. O autor encontrou-se com trabalhadores que diziam estar correndo o trecho, empregados de firmas, mineradoras, hidrelétricas e demais atividades que compunham a realidade do trabalho. Guedes (2011) nos mostra que o termo trecho começa a surgir nos 1980 pelos estudos de trabalhadores dos grandes projetos de desenvolvimento, empreendimentos agropecuários, mineradoras, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, obras de infra-estrutura. E acaba por nos elucidar a origem do termo no uso cotidiano de sua prática e na sua concepção atrelada aos grandes projetos, através do texto autobiográfico de Orlando J. D. Corrêa (2007) *Urrando no Trecho. Recordações de um Engenheiro de Obras*:

“[Este termo] vem das grandes e lineares obras de estrada onde é prática comum dividir-se o volume global de serviço em lotes, entregando-os a várias empreiteiras. Evita-se assim uma arriscada monopolização da construção e, aproveitando o natural espírito de competição inerente ao ser humano, obtém-se um desenvolvimento uniforme, de menor custo e de menor qualidade nas diversas frentes, ou trechos, da obra. É comum, num casual encontro entre operários que constroem uma mesma rodovia, a pergunta: ‘Em que trecho você está?’, seguindo-se a resposta que identifica a empreiteira responsável pelo mesmo e os quilômetros que limitam sua faixa de atuação. O termo Trecho extrapolou suas iniciais fronteiras e como se todo o Brasil fosse um imenso canteiro de serviços, passou a designar todas as grandes obras e os homens que as executam, os peões do Trecho, nômades por excelência e necessidade”. (Corrêa, 2007, p.11, apud, Guedes, 2011, p. 180)

O trecho relaciona-se muitas vezes também, segundo Guedes (2011), a uma sociabilidade masculina, que envolvem os aspectos da virilidade juvenis. Cair no mundo nesse caso é ir para o lugar da aventura, se arriscar, enfrentar os perigos e imprevisibilidades de um caminho desconhecido. Existem os perigos de se perder, de entrar em desavenças e sumir no mundo, mas como o próprio autor ressalta, faz parte da vida. Dentro dessa lógica, o mundo é um lugar desejado a se curtir e experienciar desde que se é novo. O trecho tem um caráter educativo, faz amadurecer. Mesmo que as experiências de rodar, estar no trecho, não sejam vetadas às mulheres, é importante ressaltar que essas modalidades, ao que se refere

correr o mundo, a uma certa liberdade de estar nele, é uma prática preferencialmente masculina. As mulheres em Minaçu, segundo Guedes (2011), usavam do termo cair no trecho, mas podemos observar claramente que as práticas por elas levantadas compunham trabalhos de outras naturezas, diferenciando-se das experiências dos homens. Portanto, não é que as mulheres assumam aí o lugar da fixidez, mas constroem outros tipos de deslocamentos a serem ainda estudados com mais empenho.

Durante sua pesquisa Guedes (2011) observou que não somente as condições de terceirização e a falta de empregos na cidade poderiam influenciar os deslocamentos constantes desses trabalhadores. Remete a uma cultura da andança, em que os indivíduos teriam uma disponibilidade subjetiva para moverem-se, para desprenderem-se. Cair no mundo então, está associado a uma noção da busca pelo desconhecido, pela aventura, estar em viagem e não necessariamente desatar-se ou mudar de mundo, ou do mundo, pre-existente. Tal associação está relacionada ao lugar da impermanência de sujeitos móveis e não tanto ao lugar da mudança do que já existe.

A concepção de “cultura da andança”, resgatada pelo autor dos estudos de Maria Antonieta da Costa Vieira (2001) sobre as movimentações religiosos da Amazônia Ocidental, abarca três traços marcantes que a compõem: a mobilidade espacial, a impermanência das relações, a plasticidade das atividades. Assim, compondo um universo em que distintas formas de atividades e ocupações revelam um vasto mundo a ser percorrido, possibilitando interações que fogem da duração das coisas estáveis, que almejam, portanto, aventurar-se pelo desconhecido. O milenarismo levantado pelos estudos de Vieira (2001, apud Guedes, 2011) circunscrito às populações rurais, mas principalmente às populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, Guedes (2011) denomina por “centenária tradição de mobilidade sertaneja”. Conjectura o autor que:

“Nesse sentido, as transformações que levaram a esta terceirização parecem ter servido muito bem aos propósitos ‘aventureiros’ destes jovens trabalhadores: mas elas certamente não são responsáveis pela emergência desta disposição – está última está, de acordo com uma das teses centrais deste trabalho, radicada numa longa tradição de mobilidade ‘sertaneja’ [...] Da mesma forma, o trabalho temporário na construção de grandes barragens (ou em qualquer outro tipo de atividade) atualiza esta mesma tradição, criando condições para que ela prossiga e se modifique ao longo do tempo”. (Guedes, 2011, p. 170)

Essa longa tradição de mobilidade sertaneja está associada às viagens realizadas pelos redeiros. Mais que morar em uma cidade que joga seus filhos para fora, na imagem do cordel de Geraldo, e de um lugar com empregos mal remunerados, existe o anseio de fazer a vida fora do lugar de origem e de assimilações familiares. Como desfecha o autor, esses homens expressam-se em uma cosmologia que integra o deslocamento de forma substancial na vida.

Conhecer o que há no mundo torna-se um propósito entrelaçado no processo de construção de vida pessoal.

Existem diferentes nuances entre pegar o trecho e sair em viagem. Pegar o trecho parece envolver mais a noção da itinerância por si só, do que viajar dentro do circuito dos redeiros. O que quero dizer é que o trabalho no trecho, ou pegar o trecho, tende a desenvolver uma permanência maior sobre onde se vai do que os caminhos desenhados pelo circuito dos redeiros. A viagem dos redeiros, por mais que se possa, através dela, conhecer o país inteiro, acaba por levar a uma escolha do melhor lugar de venda. Ao mesmo tempo em que saem pelo mundo de forma a arriscarem-se e formarem-se na vida, existem os trajetos do circuito espalhados pelos país que compõem esses caminhos. As redes de informação e de infraestrutura existentes em diversos *cantos* atestam essa formação. Desta forma, consiste portanto em um deslocamento próprio do circuito e das pessoas que o conformam. A itinerância aí está circunscrita aos trajetos do circuito. Deslocar-se dentro do circuito é mover-se pelos caminhos que os objetos comercializados abriram.

Em artigo sobre o estilo de vida baseado na mobilidade dos andarilhos, *trecheiros* e *pardais*, Felipe Faria Brognoli (1990) busca confrontar as representações e apontar as relações entre os sujeitos que articulam sua vivência pelo deslocamento e aqueles que realizam sua busca na fixidez. Utilizando-se também do termo trecho acionado pelos andarilhos, o autor questiona, em outro contexto, sobre as motivações interpessoais da busca pelo deslocamento. O autor constata que a compreensão dos modos de interpretação da ordem social construída pelos andarilhos se dá pela vigência das práticas que esses sujeitos se localizam ao produzirem seus próprios significados às normas e signos de sua inserção social. Ao estudar as práticas, o comportamento, as táticas empreendidas pelos andarilhos, Brognoli (1990) ressalta que esse universo em deslocamento, nômade, não se constrói autonomamente fora de outros códigos vigentes, mas articula-se a outros grupos e fronteiras em que se constroem simultaneamente às relações sociais. “O nomadismo não é nenhum papel ou posição, nem mesmo identidade que os diferentes sujeitos podem assumir, mas uma lógica de ação que abarca diferentes posições sociais simultaneamente, por ser um vetor que as atravessa”. (Brognoli, 1990, p. 61)

A pesquisa foi construída pelas ruas de Florianópolis, em trechos da BR 101 e em uma instituição de tratamento de alcoolismo voltada a esse público. Há diferenças no deslocamento entre *trecheiros* e *pardais*: para os *pardais* os percursos são de certa forma estabelecidos e se constroem dentro da cidade, os *trecheiros* estabelecem trajetos mais amplos pelas estradas e caminhos que cruzam as cidades. Metodologicamente, o autor posiciona os andarilhos como

sujeitos que constroem suas próprias ações, assim como são capazes de produzir respostas às suas necessidades, constroem também seu estilo de vida característico, mesmo que produzidos ou estruturados no interstício do sistema social. Desta forma, procura identificar como esses sujeitos se apropriam das representações sociais e se utilizam de táticas diversas para a sobrevivência. Uma dessas táticas é o trabalho eventual, constituindo uma forma de manter-se em movimento. De acordo com o autor, o trajeto parecer ser o que determina as oportunidades de trabalho, e não o contrário.

A andança como modo de vida constitui em um tipo de deslocamento que Brognoli (1990) caracteriza como oposto ao que a forma-Estado produz de sedentarização e apropriação do espaço, com a prevalência dos pontos de destino sobre os trajetos e a distribuição da realidade em categorias de opostos. O trajeto praticado de forma mais autônoma atribui uma relação com o espaço público não de propriedade mas de ocupação, onde o que importa não são os pontos de fixação mas o deslocamento construído. (Brognoli, 1990). Contudo, o autor ressalta que as antinomias normatizantes entre mobilidade e fixidez se identificam permanentemente em termos de coexistência e competição, não existindo como formas independentes, mas construindo-se mutuamente. Para tanto, segundo o autor, assim como para esta pesquisa, um estudo sobre os estilos de vida em deslocamento deve contemplar critérios de plurilocalidades, privilegiar os espaços intermediários da construção de mobilidade, os percursos e os trajetos. Essa perspectiva contribui para a identificação de uma lógica de ação do sujeito imbuída de autonomia na ocupação e circulação dos lugares, a qual permite o entendimento da mobilidade que envolve diferentes atividades e construções sociais, para além do estímulo do trabalho como motor da movimentação.

Ariana Rumstain (2012) pesquisou sobre os trabalhadores ‘temporários’ das grandes propriedades de soja no Mato Grosso. A contratação sazonal nesses empreendimentos é a principal forma de recrutamento. Essa temporalidade exigida muitas vezes vem da necessidade do empregador como também dos próprios trabalhadores. A Cidade do Eixo, foco de seu estudo, funciona como um polo de serviços, cortada pela BR-163. Divide em sua composição os trabalhadores vindos do sul de um lado e trabalhadores maranhenses de outro. Essa divisão carrega consigo uma oposição entre as duas classificações, não só geográfica, mas inclusive nas relações de trabalho nas lavouras. Os sulistas se reconhecem como os ‘agricultores’ que operam as máquinas do campo, e os maranhenses são vistos por esses como ‘trabalhadores braçais’ ou aqueles que ‘não sabem trabalhar’, ‘rodados’, ‘peões do trecho’.

Rumstain (2012) se propôs a pesquisar as expectativas e os planejamentos desses trabalhadores ‘rodados’ e que pegam o trecho, os ditos maranhenses, os nordestinos em geral

ou qualquer um que chegue a cidade nessa busca. Segundo a autora, existem muitas empresas que anunciam no Nordeste empregos para trabalhar no Mato Grosso, quando também a mídia contribui com a imagem de um estado acolhedor e com oportunidades. Muitas vezes esses trabalhadores vão direto para os locais de trabalho, e quando não acham serviço, acabam gastando o dinheiro que levaram no aluguel de uma morada, dependendo rapidamente de outra oportunidade de emprego para se sustentarem por lá. Ficam pela cidade nos hotéis e barracões vivendo suas vidas; com isso, muitos traços da cidade são atribuídos à chegada dos rodados: brigas, violência, prostituição, bebida. A visão que se tem a respeito desses trabalhadores que desembarcam no Mato Grosso à procura de emprego é a de que são pessoas que não se interessam pela estabilidade ou que não conservam nada na vida. Existe, por parte dos moradores da cidade, a percepção de que existe uma falta de cálculo econômico na vida dos maranhenses nessas viagens (Rumstain, 2012).

A autora aponta que o trânsito de pessoas no trecho dissemina as informações próprias desse movimento: onde estão os melhores trabalhos, a melhor época, os melhores salários e padrões. Esse processo contradiz, em parte, a ideia da falta de uma elaboração previa de intenções por parte dos trabalhadores ao cair no trecho. Como conclui a autora, aventurar-se pode envolver o elemento sorte, mas nesses casos exige um cálculo mínimo anterior. Sabe-se para onde ir e qual tipo de trabalho esperar. Rumstain (2012) aponta também que, mesmo que as indicações de trabalho venham de pessoas próximas ou de familiares, é somente quando chegam de fato na cidade que a procura pelo serviço acontece. De antemão, o que se tem são indicações sobre o tipo de trabalho e do local somente. Quando desembarcam é que esses trabalhadores vão descobrir as especificidades e se há oportunidade para eles.

Diversos são os motivos que levam o homem a pegar o trecho nessa situação, segundo a autora. Problemas familiares e de ordem amorosa, problemas com a lei, brigas e até problemas de saúde. Contudo, a autora nos mostra que as trajetórias desses trabalhadores que saem para as grandes plantações revelam outra lógica de deslocamento que perpassa essas situações delicadas da vida e as relações de trabalho. Evidencia, assim como nos estudos de Guedes (2011), a experiência de vida que carrega o deslocamento no trecho, apresentando-se como ritual na vida dos mais jovens. Especifica a autora que:

“Mesmo dentre os que possuem um negócio próprio, que parece se constituir como objetivo último, há uma continuidade das viagens para o Centro Oeste, em um movimento de constante ir e vir. Quando os homens viajam, mulheres se responsabilizam pelo comércio, em geral um armazém de cereais. Os homens continuam viajando não apenas para fazer prosperar os negócios e promover as melhorias na casa e na família, mas também porque a viagem acaba por se tornar uma prática desejada particularmente entre os que já estão no ‘trecho’ há algum tempo”. (Rumstain, 2012, p. 84)

Rumstain (2012) mostra como sair para o trecho pode ser o lugar da experiência e do desejo, mas também abarca a questão de êxito. Retornar ao Maranhão é o nexo desse movimento. O que está consolidado na vida não se quer afastar. Retornar é ter tido sucesso, permanecer no Mato Grosso não é ter fracassado, mas continuar no mundo um tempo a mais a espera do que pode acontecer.

A busca desses trabalhadores na Cidade do Eixo é por um trabalho fichado com os direitos garantidos, mas que são também, ao mesmo tempo, temporários, o que a autora chama de trabalhadores temporários permanentes. Rumstain (2012) discute que esse é um tipo de ocupação que proporciona o deslocamento almejado que, ao mesmo tempo, proporciona, nesse caso, uma relação diferenciada com o patrão. De acordo com a autora, grande parte das contratações das *plantations* se organizavam com os trabalhadores sendo moradores da fazenda, estabelecendo a submissão desses aos empregadores. O trabalho fichado e a temporalidade nas grandes plantações do Mato Grosso desmontam essa relação e colocam o trabalhador como decisor de qual oportunidade irá aceitar. Nesse sentido, Rumstain (2012) explora como sua tese contribui para a noção de que os movimentos do trabalho no Nordeste não estão intrinsecamente ligados à migração pela subsistência. Além dos fatores da autonomia de escolha, envolve-se também o desejo pela temporalidade.

A autora aponta que, muitas das vezes, o deslocamento da força de trabalho do Nordeste para o Sul do país era visto pela exclusiva falta de atividades produtivas na região e pela abundância de ocupações laborais em outra. Nas palavras da autora “[...] como se houvesse um fator de expulsão na região de origem que impele os indivíduos a procurarem oportunidades de obtenção de renda em outras regiões” (Rumstain, 2012, p. 116) A busca pelo trabalho temporário, o trecho, ser rodado, implicam para uma perspectiva outra de movimento dessas populações, que passa então a conceber os deslocamentos, as viagens, como uma prática desejada particularmente e que pode envolver o anseio pela temporalidade. Outros estudos também apontam para as movimentações de trabalhadores do Nordeste como parte de suas próprias práticas de reprodução e não somente ao acaso da sobrevivência.

## **2.5 O caminho do Sul**

Retomando a pesquisa de Cunha (2006), a autora argumenta que é a partir do processo de industrialização, ou mesmo ainda nas manufaturas, que a figura do *viajante* passou a habitar a paisagem das tecelagens nordestinas e ‘ganhar o mundo’. A autora afirma que as categorias sociais levantadas em pesquisas anteriores relacionadas às tecelagens nordestinas,

remetem ao processo de uma lógica evolutiva, em que os padrões do preceito da transformação do artesanato, manufatura, indústria eram rigidamente enunciados. Para a autora, compreender o processo de construção da figura do *viajante* perante a história, requer mais do que a simples consequência camponês/assalariado, artesão/empresário. Regressando temporalmente, Cunha (2006) demonstra que as pessoas que viviam pela região das tecelagens, utilizavam-se dos diversos trabalhos que dali surgiam, para valerem-se de uma condição mais autônoma frente aos fazendeiros, usineiros e senhores de engenho. Segundo Cunha (2006), essas pessoas combinavam a produção do roçado com o negócio nas feiras, apropriando-se assim, das relações capitalistas de produção, mas não somente para tentar fugir das relações de dominação, mas também para evitar a submissão às oscilações do mercado. Utilizar-se então da agricultura, da criação e do negócio, garantia ao sujeito uma condição de *liberto*, a busca pelo rompimento das amarras de uma dominação tradicional.

Desta forma, de acordo com a autora, essas considerações são importantes para podermos construir um quadro social mais amplo, onde as categorias cidade e campo, agrícola e industrial, possam se articular. Cunha (2006) apoia-se nos estudos de Garcia Jr. (1990) para apresentar que os movimentos dos viajantes (como ela se refere aos redeiros em algumas passagens) para o sul estavam relacionados a uma estratégia do sujeito de juntar dinheiro para usufruir de sua condição de liberto. Condição essa almejada no retorno ao local de origem para manter-se no roçado.

Cunha (2006) apoia suas elaborações de pesquisa no estudo de Garcia Jr. (1990) sobre o Brejo e o Agreste da Paraíba, apontando para a perspectiva do sujeito liberto que se desloca para o Sul para construir ou manter o roçado. Garcia Jr. (1990) nota que a partir dos anos de 1940, o fluxo no deslocamento de trabalhadores do Nordeste para o Sudeste do país se acentua devido às maiores chances de se conseguir empregos com remunerações admissíveis. Dentro desse contexto, o autor analisa que o crescimento do mercado de trabalho industrial no país não se deu em conformidade com o fim das relações de dominação nas áreas de *plantation*. O autor quer defender que as migrações das áreas rurais para as cidades não se deram como consequência da sublimação de um sistema econômico sobre outro. Revela que esse movimento de populações também apresentava vasta ocorrência de indivíduos que, na passagem laboral pelo sul industrializado, conquistaram ou reproduziram a condição camponesa no Nordeste. O autor propõe-se então a estudar os múltiplos efeitos dos deslocamentos desse processo nos indivíduos que os realizaram e nos espaços de origem. Nesse sentido, a migração para o Sudeste não pode ser pensada em uma via de mão única, em que se sai de um lugar em deterioração e ruma-se à prosperidade. Tal perspectiva engessa os

objetivos de todos os indivíduos em uma única corrente, descartando os investimentos pessoais e regionais em tal jornada.

Retornando ao que Rumstain (2012) aponta para o cenário da mudança de residência dos trabalhadores para fora das fazendas, resultando em mudanças nas relações de trabalho no tipo de dominação das *plantations*, Garcia Jr. (1990) detalha que esses sujeitos se deslocaram de diversas formas; passaram a residir nas terras que já possuíam ou em terras abandonadas pelos grandes proprietários; outros seguem para as cidades mais próximas ou nas cidades do centro-sul. Assim também se deu nas formas de trabalho:

“[...] muitos vão trabalhar como assalariados agrícolas nas grandes plantações, alguns tornam-se pequenos produtores, recorrendo sobretudo ao trabalho da própria família, outros tornam-se negociantes em feiras que cresceram nesse mesmo período, outros, ainda, tornam-se operários industriais, serventes ou comerciantes nas cidades do sudeste. Estas possibilidades não se excluem mutuamente, e combinações particulares dão origem a posições sociais específicas: certos produtores combinam o trabalho agrícola e o negócio em feiras, acumulando recurso que permitem usar trabalhadores pagos em dinheiro”. (Garcia Jr., 1990, p. 16)

Essa mudança no espaço social do mundo rural nordestino faz com que o discurso entre os indivíduos envolvidos se volte para as condições de *sujeitos*, aqueles que ainda moram nas fazendas, e de *libertos*, os demais que habitam as condições citadas acima. Ir para o sul na condição de liberto permitia que se resolvesse problemas de ordem doméstica, do negócio e do roçado, desde enfrentar as variações de produtividade dos ciclos agrícolas a acumular recursos para extensão do patrimônio. Garcia Jr. (1990) nos mostra, entretanto, que essa mudança no cenário não significa que o surgimento do campesinato liquida as formas de dominação tradicional. Aponta também para o fato de que o surgimento do campesinato é simultâneo ao crescimento do proletariado urbano e industrial. (Garcia Jr., 1990, p. 30)

No mesmo sentido, Cunha (2006) conclui que as mudanças nas amarras de dominação tradicional imputam à figura do viajante/redeiro uma das condições de negócio que sustentam a condição de *liberto*. Ir para o sul é o trajeto para a prosperidade do local de origem, no caso, para a manutenção ou conquista do modo de vida camponesa. Assim está expresso no título do livro de Garcia Jr. (1990), retirado da fala de um interlocutor, “o sul é hoje o caminho do roçado”.

Todo esse contexto também nos mostra o quanto os conceitos que se relacionam ao movimento podem ser relativizados, e nos debruçarmos, portanto, perante as motivações que os sujeitos acionam. Insisto novamente que não cabe contextualizar esses viajantes/redeiros como migrantes que partem do Nordeste para o Sul do país, a partir do único movimento de saída e de chegada. Não podemos partir somente do resultado que enquadra as migrações do Nordeste para o Sudeste como forma de subsistência, mas caminhar nas sequências de

eventos, ou nas variedades de motivos possíveis que conformam cada processo.

Em Relatório de Pesquisa apresentado por Moacir Gracindo S. Palmeira e Alfredo Wagner B. Almeida (1977) sobre os temas imigração e emprego, pode-se constatar o quanto que o uso de conceitos e hipóteses enrijecidos para se pensar a migração se distancia de um estudo de movimentos de população capaz de atribuir-lhe sentido. O debate proposto por esse relatório evoca a articulação dos conceitos utilizados até sua publicação sobre o tema da migração, no intuito de se relativizar as categorias utilizadas até então e observar seus limites.

Segundo os autores desse relatório, o movimento de migração entre países e dentro de um país específico, era pensado a partir dos termos, emigração e imigração, em que se enfatizava um ponto de origem e de chegada. Assim as referências correlatas de emigrado, imigrante e emigrante possuíam um caráter finalizador em si mesmas, nos quais o objetivo, mesmo que complexo e laborioso, encerrava-se em apontar para o objeto descrito, tendo por preocupação maior as causas e consequências do deslocamento. De acordo com Palmeira e Almeida (1977), a preocupação das teorias de imigração em relação aos países ou regiões de chegada e saída reforça a construção das causas da emigração e as consequências da imigração, como provenientes de pontos de vista estritamente econômicos. Assim como para as categorias de emigração e imigração, o conceito de migração agarra-se no movimento/direção entre um ponto e outro (Palmeira e Almeida, 1977). Seguindo a mesma lógica, os estudos de migração procuraram responder à pergunta sobre quem migra ou quem são os migrantes. De acordo com autores, o que mudou realmente foi a maneira de se perguntar, pois a dependência da distância entre dois lugares e a inexistência do sujeito em seu local de origem, marcaram as pesquisas de migração, acobertadas por teorias da integração e da naturalidade do deslocamento.

Essa pretensa naturalização e neutralidade embutida no termo da migração desvincula-se do sujeito que desloca quaisquer motivações de ordem objetiva ou intersubjetiva, que o levem a se movimentar. No máximo, como enfatizam Palmeira e Almeida (1977), ocupam um lugar de pano de fundo, categorizando as vontades, as necessidades, os desejos de deslocamento, como de ordem operacional; a migração vinha antes do migrante. Ao posicionar o sujeito pela sua assimilação ou encaixá-los nos termos de emigração/imigração, pode-se comumente escapar das lógicas particulares que orientam esse movimento. Desta forma, problematizações que evoquem a circulação de pessoas, ou mesmo um movimento de populações, podem ser pensadas em outros conjuntos de fenômenos, assim defendem os autores:

“O que estamos tentando chamar a atenção é para a reificação de determinados

conceitos e para a esterilização que essa reificação pode impor à teoria (...) A 'migração' não precisa ser pensada necessariamente através da migração. (...) 'Ela' pode ser (e tem sido) pensada através de outros conjuntos de conceitos". (Palmeira e Almeida, 1977, p. 72)

Desta forma a noção que temos como ponto de saída evoca a análise dos deslocamentos pelo viés dos acionamentos e agências dos indivíduos. Para além de enfatizar um ponto de origem e chegada no teor da movimentação, o 'motor' com que então nos deparamos, está na prática desejada por indivíduos em se mover. Impulsionados pela busca da experiência, do aprendizado, do amadurecimento, pelos objetos que vendem, pela volta para casa, para ganhar mais dinheiro. Nesse sentido, ir atrás do que o mundo pode oferecer dentro de uma longa tradição de mobilidade sertaneja. Viver mais no mundo do que em casa, essa é a motivação.

### 3 COMÉRCIO AMBULANTE E AS NEGOCIAÇÕES AO NÍVEL DA RUA

Nessa seção serão abordadas as questões levantadas pelos redeiros no que se refere ao comércio ambulante nas ruas e as negociações acionadas por eles e por fiscais. Em diversos relatos foram observadas situações em que se desenvolveram algum tipo diálogo entre fiscal da prefeitura e redeiro no intuito de não se apreender as mercadorias. Esses momentos levantam o debate sobre a constituição do modelo de fiscalização adotado pela cidade e como as negociações ao nível da rua estão presentes também nas composições de outras grandes cidades do país. O que observamos é que as fronteiras do ilegal/legal, informal/formal, são vivenciadas constantemente pelos diversos circuitos comerciais presentes nos centros urbanos contemporâneos. Para tanto, iremos observar a seguir a composição da fiscalização e a influência dos códigos e leis nas diretrizes governamentais e como essa composição se configura em um aparato governamental que dialoga com os ilegalismos presentes nos locais de produção de riqueza urbanas.

#### 3.1 Vender nas ruas de Belo Horizonte e região metropolitana

Em pesquisa sobre o controle das práticas do comércio ambulante pela fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte Tarcísio Perdigão Araújo Filho (2016) nos apresenta a construção contemporânea da fiscalização na cidade e traça o cenário das relações dos fiscais ao nível da rua. Marcada por um processo de revitalização das regiões com maior índice comercial, especialmente o centro da capital, Belo Horizonte inicia desde a década de 90 um projeto político intervencionista de formalização de práticas urbanas. (Araújo Filho, 2016) Dentro desse cenário, ressalta-se a criação do Projeto Centro Vivo em 2004 que propôs, dentre outras medidas, a erradicação do comércio ambulante irregular respaldado pelo Código de Posturas da cidade de Belo Horizonte<sup>3</sup> de 2003 que regulamenta os usos e práticas nos espaços públicos. Esse processo, segundo Araújo Filho (2016), veio de uma tentativa anterior em licenciar os camelôs e vendedores ambulantes no ano de 1996 com a abertura de 1.700 vagas, mas que culminou numa retomada intensa da atividade comercial nas ruas no final da

---

3

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.doevento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&lang=pt\\_br&pg=6480&tax=12157](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.doevento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&lang=pt_br&pg=6480&tax=12157) acessado em 12 de maio de 2017.

década. Em 1998, a investida era em criar os “camelódromos”, que consistiam em quarteirões fechados na região central voltada a prática dos camelôs. O modelo não foi muito bem acatado pelos vendedores pois essas localidades se encontravam em regiões de pouco fluxo de pessoas, gerando pouca atividade comercial. Após essa medida, o Projeto Centro Vivo propôs a inserção do comércio de rua em galerias comerciais, quando então se prevê a construção dos Shoppings Populares (Araújo Filho, 2016).

A base para o desenvolvimento desse projeto intervencionista e regulatório encontra-se na criação do Código de Posturas de Belo Horizonte de 2003. Esse ajustamento legal das posturas e usos sociais na municipalidade é formado por normas, que encontram entre si, definições redigidas ainda da década de 1930. Elas versam, dentre outras coisas, sobre a utilização das vias públicas, afixamento de publicidade, alvarás de uso do espaço público, regularização de obras, plantio de árvores, atividades comerciais em logradouro público, etc. A proibição para o exercício das atividades comerciais dos camelôs é explícita, mas algumas outras atividades comerciais ao nível da rua são formalizadas na cartilha, feiras em espaços abertos, eventos festivos, engraxates, pipoqueiros, bancas, etc. O código enxerga o vendedor ambulante sem licença para trabalhar na rua como camelô ou torero<sup>4</sup> proibindo a atividade, cabendo aplicação de multas e apreensão das mercadorias. Mesmo as atividades comerciais permitidas têm restrição ao número de vagas para retirada das licenças, o que indica a tentativa da prefeitura em limitar o efetivo desses trabalhadores na rua. O Código proíbe a prática do camelô nas ruas, mas abrem mão para outros tipos de comércio ambulante e outras atividades comerciais nas ruas. Como vimos, algumas atividades são aceitas ou toleradas como os pipoqueiros, engraxates, bancas, todos com seu modo de venda e estéticos descritos às maneiras do Código. O que temos que observar aqui é porque algumas práticas são toleradas e outras não? Para quem servem? Quem as vê como práticas sujas ou degradantes para o centro da cidade?

Para Araújo Filho (2016) o que está por trás dessa ideia de reordenamento das posturas e usos do espaço urbano vem de um ideal de revitalização das cidades. Revitalização que aloca o trabalho ambulante e outras práticas como algo negativo ao convívio urbano. O autor aponta que nos anais da 2ª Conferência Municipal de Política Urbana ocorrida entre os anos de 2001 e 2002, processo em que foi embasado o Código, o comércio informal é visto como

---

<sup>4</sup> Toreros são vendedores que comercializam sem licença da prefeitura, que vendem “na tora”, correm o risco de serem pegos pela fiscalização.

um problema social, e que esse peso moralizante sobre a atividade fica explícito nos termos relacionados que aparecem, tais como, “prejudica”, “concorrência desleal”, “sujar” e “negativo”.

O Código de Posturas pode, portanto, muitas vezes, mostrar o que aquela cidade entende por suas práticas permitidas e permissíveis, à luz do tempo em que são construídas. Ao estudar os impactos do Código de Posturas na Vila Guarany, interior do Ceará, criado em 1898, Marcos Felipe Vicente (2016) ressalta que a premissa mobilizadora de normatizar as posturas estava relacionada na tentativa de romper com costumes e práticas locais em virtude da modernização dos espaços. Os esforços de urbanização e higienização nas cidades brasileiras na segunda metade do século XIX foram elaborados a partir de diversas sanções governamentais que incluíam a composição do Código de Posturas. Vicente (2016) elucida que as ideias por detrás da concepção desse novo aparato regulatório estavam imbuídas da necessidade de “civilizar” a sociedade, resultando assim na continuidade da estrutura colonial presente mesmo após a independência do Brasil. O ideal de civilidade estava relacionado à padrões europeus de modos de vida, e para isso, era preciso intervir e disciplinar as cidades e a vida das pessoas. A normatização das práticas públicas e privadas já existia desde o período colonial como aponta o autor mas, no Império, esses Códigos se dirigiam cada vez mais na busca da manutenção de privilégios e posições de poder da elites nacionais. Vicente (2016) destaca a empreitada civilizatória das elites ao apontar que os objetos de que se tratavam os textos dos Códigos se voltavam principalmente ao cotidiano de pessoas mais pobres e a práticas dispare a pretendida.

“Ao mesmo tempo em que se buscava disciplinar os usos dos espaços públicos, acabava por intervir diretamente nas práticas cotidianas da população pobre, que tinha seus hábitos constantemente obstruídos pelas forças policiais ou pelos fiscais das Câmaras Municipais. Um exemplo desses hábitos está relacionado aos banhos. Costa (2008, p. 189) aponta que os banhos em águas públicas, durante o dia, estavam proibidos em Fortaleza, podendo ser aplicada multa de quatro mil réis ou oito dias de prisão”. (Vicente, 2016, p. 4)

“Evidências de tal afirmação podem ser encontradas nos parágrafos 1º e 2º do Art. 5 do Código de Posturas, onde se tem que “é proibido dentro da circunscrição urbana da villa edificar cazas de palha. Multa de vinte mil (20000) reis ao infractor”. (Vicente, 2016, p.8)

Essas intervenções de controle social buscavam então disciplinar toda a nação, envolvendo-se não só nos aspectos físicos do espaço público, mas também nos hábitos e práticas da população, colocando em conflito o poder coercitivo do Estado e o modo de vida dos moradores. O novo cenário organizacional das cidades que pressupunha harmonia e ordem nas condutas torna-se então aquilo que é “socialmente aceito”, mas que vem a ser desenvolvido nos embates de sua implementação cotidiana.

Em Belo Horizonte não havia de ser diferente. Uma cidade planejada aos moldes positivistas para ser capital, influenciada pelos pensamentos de Haussmann, que ultrapassou a população esperada para o século XXI já em meados do século XX não poderia se estabelecer sem as posturas que cabem o que é aceito e o que não é tolerado.

A partir da tentativa de se aplicar uma visão crítica acerca da transferência dos camelôs das ruas para os shoppings os autores Carrieri, Maranhão, Paço-Cunha, Mutra e Mendonça (2008) entendem que a postura da prefeitura nessa empreitada foi de higienização do espaço público, desarticulando os trabalhadores informais e com isso, aumentando a precariedade das condições de trabalho já previstas no Código.<sup>5</sup> É especificado no Código de Posturas do Município de Belo Horizonte que a autorização concedida àqueles aptos ao comércio ambulante, possui atributo precário, ou seja, a autorização do uso do espaço e da licença pode ser revogada a qualquer momento pelo administrador público<sup>6</sup>. Ao realizarem uma análise crítica do discurso do principal jornal em número de leitores do estado, jornal Estado de Minas, dentre o período de 2003 e 2007 os autores se debruçaram diretamente sobre essa questão da transferência dos camelôs. Concluíram que entre os principais aspectos ideológicos que envolviam as reportagens perpassava as ideias de limpeza do centro e os camelôs sujando ou desorganizando o espaço; investimento no turismo com a revitalização e a desocupação das calçadas priorizando o comércio lojista. Como delimitam os autores: “No conjunto, parece haver uma diferenciação discursiva entre camelô, informal, problema, sujeira e lojista, formal, solução, transferência” (Carrieri, Maranhão, Paço-Cunha, Mutra e Mendonça, p. 7, 2008). Demonstram também que o discurso do jornal servia para dar legitimidade à administração pública no tocante das suas escolhas de criação e gerenciamento dos shoppings. Para tanto o jornal ressaltava o Código de Posturas e o Programa Centro Vivo, a existência de um sucesso empresarial nos shoppings e, ao mesmo tempo, investiam em tentativas de criminalizar os camelôs como arruaceiros e dentro da ilegalidade.

A crítica levantada pelos autores passa pela opção do poder público em manejar essa

---

<sup>5</sup> Ver também sobre a transição dos camelôs para os Shopping Populares em Belo Horizonte em: JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda Almeida. *Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte*. Caderno CRH, vol. 23, n 60, p. 605-617. UFBA. Salvador. 2010

<sup>6</sup> “Art 121 - O licenciamento para exercício de atividade em logradouro público terá sempre caráter precário e será feito por meio de licitação, conforme procedimento previsto no regulamento deste Código, que poderá ser simplificado em relação a alguma atividade, particularmente a classificada como eventual”. Código de Posturas de Belo Horizonte, 2003.

população específica em vias de se resolver o problema social em questão. Além disso, como as imagens e ideias de assepsia urbana que compõem o programa são a base dessas remoções, nas palavras dos autores “fazer ‘vivo’ o centro ‘morto’”. Segundo os autores, os camelôs foram deslocados do espaço público para o privado onde quem dita as regras é o empresário dono do shopping, o camelô passa a ser lojista e deixa de ter sua autonomia como construída anteriormente. O que os autores ressaltam é que a transferência também ocorreu em relação ao problema institucional em si, que foi realocado do poder público e passou para as mãos da iniciativa privada, e dentro da propriedade cabe-se a regra individualista, se você não vendeu bem é porque não trabalhou direito.

O que quero levantar aqui é que a concepção por parte do poder público sobre o comércio ambulante como degradante e desleal para cidade, não coloca em pauta a possibilidade real de discussão sobre o assunto e em como resolvê-lo sem que isso seja um problema nocivo para a administração. O Código de Posturas atua sobre todos os tipos de atividades comerciais nas ruas, incluindo o comércio dos objetos vendidos pelos redeiros. Nas cidades da região metropolitana que apareceram nas falas dos meus interlocutores, Betim, Contagem, Mateus Leme e Santa Luzia o comércio ambulante é aceito desde que se tenha a licença da Prefeitura para a prática. Pensar o comércio ambulante pelo ponto de vista dos trajetos de venda dos redeiros nos leva a vislumbrar em como poderia configurar-se a licença de trabalho ou os espaços de comercialização em um fluxo comercial que se desenvolve entre cidades. Estar cada hora em um *canto*, como explanaram os próprios redeiros, implica em cada momento estar sob influência dos códigos e leis de cada municipalidade. Além disso, o circuito dos redeiros se estende nacionalmente, relacionando-se com a perspectiva que cada cidade ou estado tem sobre o comércio nas ruas e a atividade ambulante. Nesse sentido, pesquisas como essa, que se debruçam sobre um circuito comercial específico, ou mesmo sobre atividades comerciais características, podem auxiliar na tentativa do poder público em desenvolver diretrizes municipais que discorram sobre as práticas distintas de tal atividade comercial, reconhecendo a existência e a manutenção da ocupação.

O Código de Posturas de Belo Horizonte prevê uma organização de atividades possíveis no âmbito da rua através da distinção legal de possíveis categorias de trabalhadores. Em sua pesquisa sobre o comércio de rua da Rua 25 de março, em São Paulo, Ana Lúcia de Oliveira Aguiar (2012) nos mostra que tais distinções realizadas somente pelo viés da legalidade não abarcam completamente as configurações estabelecidas nas práticas cotidianas do comércio ambulante e nas representações oriundas das relações interpessoais entre os vendedores. Dos diversos tipos de categorias de ofício encontradas na rua 25 de março, por

exemplo, a autora nos distingue duas formas de acordo com a maneira de atuação. *Camelôs ambulantes* se diferenciam de *camelôs*, por não possuírem registro na prefeitura e por possuírem a característica “ambulante”. Entretanto, os trabalhadores que ocupam essas duas categorias se referem à sua profissão como camelô ou autônomo. Além disso, o adjetivo ambulante confere características próprias descritas pela autora de que não possuem segurança no trabalho, não possuem estrutura ou posto de trabalho, não têm a garantia financeira do trabalho e portanto, precisam saber o momento e as práticas certas para o sucesso nas vendas.

Ao pensar o comércio ambulante nas ruas da cidade cabe primeiramente ressaltar as diversas categorias desse tipo de trabalho e como se identificam esses trabalhadores ao acionarem essas classificações. Relações de alteridade e estigma perpassam as representações atribuídas ao comerciante ambulante, na relação com indivíduos que compõem a trama do mercado informal. Fiscais, policiais, comparadores, vendedores do setor formal, muitas vezes, contribuem para a percepção do trabalhador informal vinculada à desordem, vagabundagem e degradação do espaço público (Aguiar, 2012). A complexidade que acompanha os movimentos desses trabalhadores na rua reflete-se na articulação de uma identidade negociada dos ambulantes com os “outros”, o que possibilita acionar uma apresentação de acordo com a situação do momento. O que o contexto da Rua 25 de Março mostra, nos estudos de Aguiar (2012), é que o modo de trabalho em que estão inseridos os vendedores ambulantes está em constante movimento e articulação. O que nos leva a refletir novamente sobre como colocar em pauta a diversidade de práticas de venda com o poder público.

### **3.2 Fiscalização, negociações e ilegalismos.**

Os acionamentos dos redeiros em relação à fiscalização nos *centros* em que frequentam provocam uma relação negociada, à qual se referem diversos autores. Além dos redeiros recém-chegados à região metropolitana de Belo Horizonte serem instruídos pelos antigos a frequentarem lugares de venda onde não existe ou é fraca a fiscalização, nos relatos que observamos, o encontro com os fiscais aparecem juntos a uma negociação, uma conversa para que não sejam apreendidas as mercadorias. Alguns locais apontam maior disponibilidade para a presença de fiscais, como o centro de Belo Horizonte, foco do Projeto Centro Vivo.

Por isso, fazem sentido as palavras de Gilson de que “vender no centro é arriscar”. Mesmo não vendendo no centro da capital, Gilson prefere não arriscar recorrer a negociação porque sabe que sua mercadoria está vulnerável ao que pode suceder da conversa com o

fiscal. Jonas nos mostra também que muitos redeiros não levam em consideração a presença dos fiscais ao comporem seus trajetos de venda contando com o acordo que podem entrar com o fiscal e por serem esses lugares também os melhores pontos para vender. Jonas aponta que muitas das vezes os próprios fiscais alertam aos vendedores para se retirarem da área antes que sua mercadoria seja apreendida. Em suas palavras: “É uma coisa que todo mundo já sabe, né? Tipo assim, você vai lá pro centro de Belo Horizonte para trabalhar, você sabe que você está arriscando a sua mercadoria, porque é uma lei, né? O código de postura daquela cidade é aquele. Ai é assim... Mas tem *canto* que eles só chega e fala que não pode vender, dá uma chance, né?”.

Por frequentarem os mesmos lugares, alguns redeiros constroem uma relação próxima com os comerciantes do lugar e muitas vezes, esses os ajudam na prevenção da apreensão das mercadorias. Leonardo conta que alguns lojistas de sua confiança deixam ele guardar as mercadorias na loja quando aparecem os fiscais. Ele costuma ir a lugares mais movimentados e por isso já teve seus produtos apreendidos três vezes. Me contou que, alguns fiscais ao se aproximarem mandam ‘caminhar’, avisam para não ficarem no caminho deles, outros não dialogam, chegam de surpresa e apreendem a mercadoria. João relata o mesmo tipo de abordagem. Quando foi abordado por fiscais eles queriam apreender as mercadorias, mas que com conversa, com jeito, conseguiu ser liberado. Para ele os *centros* costumam ser os lugares mais perigosos de vender e onde os próprios lojistas podem denunciar a atividade deles. Por isso defende, de acordo com a sua experiência, que os bairros residenciais e/ou mais afastados configuram-se como os melhores lugares para a saída dos produtos.

Esses relatos nos levam a enxergar que tanto fiscais como os redeiros se dispõem, em alguns momentos, a entrar em acordo para que a lei sancionada não prejudique a atividade laboral do vendedor ambulante. Importante agora compreendermos a composição da fiscalização em Belo Horizonte e como é direcionada e instruída a profissão para atuação nas ruas. Retomando os estudos de Araújo Filho (2016) sobre o cenário contemporâneo da fiscalização em Belo Horizonte, o autor demonstra em qual ambiente organizacional a fiscalização está inserida e quais orientações gestonárias amparam as práticas de trabalho dos fiscais ao nível da rua.

De acordo com o autor em 2011 foi criada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) em que estão submetidas duas secretarias adjuntas; Secretaria Adjunta de Regulação Urbana (SMARU) e a Secretaria Municipal adjunta de Fiscalização (SMAFIS), essa ultima tratando sobre a atuação da fiscalização no município e a execução do Código de Posturas. A SMAFIS opera aos moldes da Fiscalização Integrada, que aglutina a ação do fiscal integrado

nas cinco áreas englobadas no Código de Posturas que são, meio ambiente, limpeza urbana, obras, posturas e vias públicas. Nesse momento surge também a figura do auxiliar de fiscalização que atua como suporte nas abordagens nas ruas (Araújo Filho, 2016). Segundo o autor, cada regional da cidade e cada bairro apresenta um cotidiano distinto na fiscalização e cada gerência de fiscalização tem autonomia para atuar de acordo com a sua demanda. Com isso, algumas regiões da cidade apresentam maior nível de controle social, ressalta o autor, como é caso da Regional Centro-Sul e o efetivo maior de fiscais integrados e auxiliares.

Os casos em que cada fiscal integrado deve comprometer-se durante o mês são provenientes das cinco áreas de atuação. Os casos a serem fiscalizados são mapeados a partir de denúncias presenciais e ou por telefone, por observações dos próprios fiscais e outros funcionários da Prefeitura, e algumas vezes pelo gabinete do prefeito (Araújo Filho, 2016). Na base dessa organização estão os auxiliares de fiscalização que segundo o autor, estão em tempo quase integral nas ruas lidando diretamente com os infratores. Dentre suas funções estão atribuídos o recolhimento de mercadorias apreendidas, embalar e lacrar os produtos e remaneja-los ao local de recolhimento, cumprir plantões em lugares estratégicos para que a irregularidade não ocorra e acionar a equipe de fiscalização caso aconteça a recusa às orientações transmitidas ao infrator.

De acordo com Araújo filho (2016) existem dois tipos de procedimentos exercidos pelos fiscais integrados e auxiliares, o *plantão* que funciona de forma rotineira e pode incluir as equipes de apoio e as *operações* que são voltadas à ações eventuais. Os plantões se desenvolvem, nas palavras do autor, como uma estratégia de controle constante e ostensiva nas ruas. Servem como medida de orientação e prevenção da atividade irregular, quando o auxiliar de fiscalização comunica ao possível infrator da norma estabelecida. O autor ressalta que esses procedimentos são voltados na maioria das vezes ao comércio ambulante:

“Sobretudo, é possível afirmar que o foco principal da vigilância realizada nos *plantões*, de forma geral, são os comerciantes ambulantes, sendo esta população a ‘razão de ser’ dessa frente de fiscalização e os principais opositores dos agentes nas situações de conflito. Se em determinada região da cidade a presença dos ambulantes não se configura como uma preocupação constante, a manutenção dos plantões serve para que esta área continue ‘limpa’”. (Araújo Filho, p. 59, 2016)

A atuação dos plantões se voltam à cobertura de alguns pontos estratégicos deixando outros descobertos. Nessas situações o autor mostra que a área sem fiscalização rapidamente é tomada pelo comércio ambulante e que fica inviável a atuação tanto ostensiva de coibir a atividade ou da comunicação pacífica em ‘pedir pra sair’. Nesses momentos o auxiliar de fiscalização pode acionar a equipe de apoio para conseguir fazer a apreensão. A equipe de apoio é formada por um fiscal integrado, um policial militar, um grupo de auxiliares de

fiscalização e um supervisor e atua de forma imediata na apreensão dos objetos comercializados irregularmente (Araújo Filho, 2016). Segundo o autor, os auxiliares são pressionados pelos superiores a não acionarem constantemente as equipes de apoio, o que leva a uma relação de constante tensão entre os fiscais e os vendedores ambulantes. Desta forma, a convivência entre esses dois atores, conclui o autor, se baseia em uma relação de negociação para que se mantenha o controle. “Enxugar gelo” é uma referência constante ao trabalho realizado nos *plantões* pelos auxiliares de fiscalização. Elucida o autor:

“A necessidade de se confrontar face a face com os camelôs, por exemplo, e negociar pode ser entendida como uma ação não só característica desse trabalho, mas estruturante para a funcionalidade da fiscalização. Daí, a cada situação, os termos e as condições dessas negociações mudam”. (Araújo Filho, p. 62, 2016)

A relação interacional que se estabelece entre fiscal e vendedor ambulante é uma constante na prática cotidiana de regulamentação da administração pública. Assim como no caso dos redeiros, fica claro as interações em que se utilizam os fiscais em prevenir o comércio ambulante quando conversam diretamente com o vendedor e quando também são acionadas as equipes de apoio para realizar as apreensões das mercadorias. As redes relacionais que se dão entre indivíduo e representante do Poder Público estão presentes de diversas formas nas cidades brasileiras e latino americanas.

Fernando Rabossi (2011) ao pesquisar o comércio que acontece nas ruas de Ciudad del Este no Paraguai, que fica na tríplice fronteira deste país com o Brasil e a Argentina, situa as ruas e as calçadas centrais da cidade como um *grande mercado*, onde milhares de vendedores de rua trabalham, além da presença de outros sujeitos que compõem a paisagem central como os carregadores, cambistas, compradores, guardas, laranjas e transportadores. Ao se propor a explorar como essas pessoas fazem para vender na rua, Rabossi (2011) constata que a perseguição sofrida anteriormente pelo comércio ambulante passa a ser aceita através de acordos e regulamentações. Ao tempo de sua pesquisa de campo, entre 1999 e 2001, o comércio de fronteira de Ciudad del Este era marcado por denúncias de narcotráfico, lavagem de dinheiro, máfias, remessas irregulares que remetiam para as políticas anticontrabando. Contudo, Rabossi (2011) se propõe a fugir das definições legais sobre o comércio ambulante acionadas pelo Estado como ‘contrabando’ e do ‘descaminho’ e se debruça sobre a natureza dessas definições e a relação com as atividades que elas determinam. Assim, as atividades que compunham o intercâmbio de produtos importados passam a ser definidas como comerciais, independente de sua informalidade e da sua representação. Desta forma, distancia-se também de uma discussão sobre segurança e levanta olhares sobre os atores e as dinâmicas de venda na rua.

A partir das instalações dos *mesiteros* (trabalhadores que utilizam de pequenas mesas para a venda em um lugar específico), Rabossi (2011) observa como o conjunto de regras e relações que possibilitam esse tipo de comércio, instaura um espaço caracterizado pela instabilidade. De acordo com autor, para que os *mesiteros* pudessem se estabelecer nas ruas, era preciso pagar uma taxa que as leis municipais estabeleciam. Contudo, o que o autor ressalta é que a falta de segurança e estabilidade dos vendedores não era suprimida por adquirir uma condição legal via municipalidade. A situação precária do trabalho permanecia tanto nas condições de ocupação do lugar de trabalho como em relação à segurança e outras possibilidades. Outras categorias laborais em Ciudad del Este também reconheciam a instabilidade em relação a sua legitimidade dentro da legalidade. Os cambistas (compra e venda de moeda), por exemplo, passaram a ser reconhecidos pelo governo central, e os tributos a serem pagos eram nomeados como pessoa física e não como um ente jurídico de prestação de serviços. Segundo o autor, dessas percepções pode-se observar claramente uma distribuição desigual de legitimidade; de um lado, o Estado e sua distância prática e, de outro, o governo municipal com seus interesses e limitações.

Segundo Rabossi (2011) era no processo de uso e ocupação do espaço público com objetivos laborais, que a situação de precariedade ocorria. Os funcionários da prefeitura compreendiam que, para se trabalhar na rua como *mesitero*, dever-se-ia:

“(...) iniciar um processo na prefeitura, solicitando um determinado lugar para vender: o pedido é apresentado, um fiscal verifica que o espaço solicitado esteja ocupado pela pessoa que fez o pedido e não por outra pessoa e se pode ser destinado para vendas na rua; em seguida, a Junta Departamental – a câmara dos vereadores – se pronuncia sobre a posse, para que esta seja legalmente reconhecida; uma vez regularizada a situação, o beneficiário paga uma taxa mensal e tem direito de usufruir desse espaço por um ano. A prática, porém, era outra”. (Rabossi, 2011, p. 90)

O autor nos conta que, desde 1968, os vendedores de rua já ocupavam a região e que, após alguns anos de repressão, começaram a ser estabelecidas regulamentações para trabalhar na rua. A questão mais importante do processo de regulamentação, e que se estende até a data do artigo citado, segundo o autor, era a prerrogativa dos vendedores se associarem em organizações ou sindicatos. As associações mantinham sua importância nas negociações do uso da rua, contudo, não eram mencionadas nos códigos e regulamentações municipais sobre a dinâmica do comércio ambulante. A prática comercial das ruas incluía as associações como fundamental no processo quando alguém queria conseguir um lugar para vender no espaço público. O ‘efeito associativo’, segundo Rabossi, está presente em todas as categorias laborais de Ciudad del Este, que passaram então a ter um papel fundamental na regulamentação do trabalho na rua e implementação dessas regras. Contudo, como reflete o autor, a aceitação das

categorias não reflete um consentimento àquilo que é reconhecido. Além da forma como aconteceu em Ciudad del Este, Rabossi (2011) aponta que as políticas de repressão realizadas em outras cidades do mundo, relacionam-se com o vendedor de rua como alguém que atua fora da lei ou contra ela. As contradições mostradas no caso dos *mesiteros* evidenciam a instabilidade das condições de trabalho e como nessa condição é reproduzida, nos seus diversos marcos regulatórios, uma política da precariedade.

Rabossi (2011) busca compreender também a relação entre os marcos regulatórios da cidade e como os vendedores ocupam o espaço para a venda nas ruas. O autor nos mostra que a partir dessa interação, se revelam uma série de negociações, sedimentações e tolerâncias. Se desenvolve um sistema de trabalho que permite iluminar, como afirma o autor, as contradições inerentes ao processo de formalização de práticas informais, que acaba por reproduzir uma produção legal da precariedade, através das disjunções que ocorrem entre os marcos legais construídos e as práticas de regulamentação estabelecidas nas ruas. Os procedimentos estabelecidos pelas posturas não são necessariamente aplicados e, igualmente, as práticas cotidianas da rua reproduzem situações que não se ajustam ao estabelecido nas regras, “transformando a ocupação em uma situação de permanente exceção” (Rabossi, 2011, p. 99). Desta forma, Rabossi (2011) revela que o sistema regulatório se assenta numa série de arranjos entre, a micropolítica do espaço, a política da rua e a política regional e nacional, mas o que se garante é uma regulamentação negociada, uma legitimidade de ordem relacional, na qual os atores envolvidos na prática cotidiana garantem a validade do reconhecimento.

A partir de pesquisa realizada no Mercado Popular de Uruguaiana no Rio de Janeiro, Gabriel Borges da Silva e Alessandra Soares Freixo (2014) lançam um olhar sobre a condição privada do espaço público em relação ao Estado. As relações de verticalidade Estado-Sociedade marcam as prerrogativas que garantem a supremacia do administrador público na regulamentação da utilização do espaço público. De acordo com os autores, a autorização do uso de logradouro público não é realizada através de concessões recíprocas entre as partes de interesse. A relação entre Poder Público e indivíduo, no caso brasileiro, não contempla igualmente os sujeitos em suas diversas atividades no espaço público (Silva e Freixo, 2014). Desta forma, mesmo aquele indivíduo que consegue autorização para realizar atividades comerciais na rua não possui garantia de que seu negócio está seguro de continuidade e, além disso, deve submeter-se, no cotidiano, a redes relacionais que garantem sua permanência no local.

No texto em que discute sobre as economias informais que se desenvolvem no limiar entre o legal e ilegal, informal e formal e o ilícito, Vera Telles (2015) se dedica a refletir sobre

os jogos de poder que estão presentes nas tramas desses ilegalismos que compõem a vida e a economia urbana contemporânea. Telles (2015) estuda os mercados populares no centro de São Paulo e o varejo de droga em um bairro periférico. O fenômeno desses circuitos urbanos se vincula a processos de mundialização quando se expandem em diversas formas esses comércios informais e ilegais, como se refere Telles (2015). Nesse sentido, a autora propõe um estudo de como os deslocamentos e a transitividade desses mercados acontecem nos circuitos urbanos de circulação de riqueza e como se dão as relações de poder nesses encontros comerciais.

Ao se ampararem sobre os percursos desses trabalhadores informais Telles (2015) ressalta que esses sujeitos transitavam e usavam de códigos e repertórios que pertenciam ao legal e ilegal, se desenhavam na fronteira entre essas duas instâncias. Procurando entender então, esses agenciamentos desenvolvidos nas dobras do legal e ilegal a autora aponta para como esses sujeitos negociam as formas aceitáveis e toleráveis das práticas de poder que se instituem nesse encontro da lei e da ordem com o informal, o ilegal e o ilícito.

A autora afirma que lançar mão de atividades que convivem com esses agenciamentos deixam de ser mera atualização da “viração” popular para a sobrevivência, passando a compor, hoje em dia, os circuitos comerciais de economias transnacionais. Nas palavras da autora:

“No coração da modernidade globalizada da (s) cidade (s), esses mercados mudaram de escala e ganharam outras configurações, acompanhando ritmos e evolução aceleradíssimos da abertura dos mercados a expansão de circuitos transnacionais por onde circulam bens e mercadorias, transpassando fronteiras, regulamentações, restrições nacionais, de que o fenômeno massivo do contrabando e falsificações é o registro visível nos centros urbanos dos países a norte e a sul, leste e oeste do planeta”. (Telles, p. 57, 2015)

Desta forma a autora propõe o estudo dos agenciamentos políticos que conformam a construção dos circuitos de bens, produtos e populações que desenvolvem esses mercados. Trata-se de se pensar sobre como se articulam esses mercados, que acontecem em algumas de suas partes pelos aparatos legais, são constituídos em outras como informais e ilícitos e acionam suas próprias mercadorias políticas (negociações, subornos) para seu próprio funcionamento e regulação. A autora determina então que dentro desses fluxos econômicos não se pode aferir definições fixas, classificatórias ou dicotômicas. Esses mercados e circuitos comerciais se utilizam de procedimentos formais e informais na realização da transação das mercadorias e objetos a exemplo disso; o produto pode ter origem legal-formal, mas pode chegar ao consumidor via comércio ambulante ilegal; ou mesmo as pessoas podem estar regularizadas pelo Poder Público, mas revendem produtos de origem incerta.

De acordo com Telles (2015) são essas dimensões políticas que devem ser problematizadas. Como os códigos e leis condicionam a forma como esses circuitos se desenvolvem e se atualizam? A autora afirma que o Estado deixa sua marca na cartografia cambiante desses mercados, ressaltando a maneira como as posturas e as leis atuam nas negociações e contratos desse universo acabando por redefinir sempre as formas como se dão as percepções do que é permitido e tolerado e o que deve ser reprimido e criminalizado. A autora resume:

“Há toda uma cartografia política do comércio de rua que se redefine, cujos contornos são cambiantes tanto quanto as regras - formais e informais, legais e extralegis - que regem o acesso e o funcionamento desses mercados, ao mesmo tempo que há uma legião de ambulantes que, desprovidos de recursos e condições para compor essa intrincada rede de relações, são expulsos, sujeitos às formas mais agressivas de controle e repressão, espalhando-se por outros cantos da cidade e, com isso, desenhando outras territorialidades urbanas a serem ainda conhecidas (e prospectadas)”. (Telles, p. 70, 2015)

Essas outras territorialidades urbanas a que se refere a autora são plurais e se desenvolvem pelo país. Não se trata de “virações” ocasionais para a sobrevivência, mas de mercados e circuitos consolidados a nível nacional e internacional. Podemos observar que vendedores ambulantes estão inseridos em um cenário de constante movimento e articulação. Para além das posturas que buscam excluir ou moldar tais práticas laborais como degradantes ou desorganizadas, a aferição deve ser feita no intuito de compreensão da construção desses trabalhos e porque são desenvolvidos. Dentro das normas e do conjunto organizativo da cidade cabem outras formas de ocupação do espaço do público e de trabalho nas vias públicas além dos que já estão previstos. Nesse sentido, é importante pensar em alternativas que possibilitem a esses comércios alternativos saírem da condição de precariedade e instabilidade que se encontram em razão das prerrogativas estabelecidas pelo Poder Público.

## CONCLUSÃO

Os redeiros constituem-se, então, em um agrupamento de vendedores que realizam as viagens no processo de distribuição do circuito comercial dos objetos produzidos nas tecelagens nordestinas que se localizam nas cidades que conformam a divisa entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Agrupamento esse que é transpassado por outros circuitos comerciais e que se desdobram para outras localidades do país. Essa pesquisa se voltou ao estudo dos deslocamentos produzidos por essas pessoas em Belo Horizonte e região metropolitana, em que os acionamentos do desejo de pegar viagem e as movimentações que o circuito provocam consagram-se em um modo de vida no qual se desenvolve o deslocamento entre cidades de sujeitos móveis. Como vimos, os objetos comercializados se distinguem entre redes, tapetes, mantas de sofá, roupas de cama, toalhas de mesa, toalha de banho, pano de prato, dentre outros produtos familiares fabricados com linhas de algodão. A venda se dá no deslocamento a pé pela cidade, proporcionando a comercialização de pessoa a pessoa, de porta em porta, a busca pelo cliente se dá de forma direta. As unidades de venda podem ser transportadas através de um carrinho de mão onde são empilhadas e ficam à mostra, ou carregadas no ombro.

Podemos afirmar, tanto pelos dados dessa pesquisa, como pelos estudos de Cunha (2006) que esse circuito acontece de forma ampla pelo país, tendo suas capilaridades e como se desenvolvem ainda a serem estudadas em outras regiões, como também, esse circuito se consolida como um processo comercial característico e pertencente das transações econômicas brasileiras. Não raro, vemos os redeiros transitando pelas ruas das cidades, pelas praias e seus objetos funcionando pelas moradias e espaços diversos a fora. Os estudos que envolvem um circuito comercial de transação de objetos podem ser observados por diversos ângulos que envolvem a composição comercial, as práticas de trabalho, as normatizações e leis vigentes que envolvem o circuito, as relações e negociações que atualizam o comércio, pelas localidades que se encontram, pelas motivações e acionamentos dos vendedores, as implicações e os fundamentos dos deslocamentos, e por outros pontos de vista que se constroem durante o processo de pesquisa.

Os redeiros compõem, então, um circuito alternativo com mecanismos de produção, distribuição e comercialização próprios. A partir desta constatação, parti em busca de uma análise sobre como se comercializa os produtos das tecelagens nordestinas em Belo Horizonte e região metropolitana, pretendendo observar como se desenvolve a circulação desses objetos e das pessoas que os distribuem. Cunha (2006) nos mostrou que a produção de redes na região vem de longínquos tempos pela feitura de mulheres indígenas. Cascudo (1959) também

aponta para esse ofício antigo na localidade, mas ainda restam em aberto algumas brechas nessa busca de uma linearidade histórica na minha pesquisa. Não consegui responder exatamente as transições de fabricação das redes até que se chegue ao que Cunha (2006) se referiu como o início da produção industrial nos anos de 1960, juntamente à confecção em manufatura, para a partir daí as viagens tornarem-se parte fundamental na distribuição dos objetos. O que temos é a grande influência nordestina no uso da rede em outras regiões do país e como a produção em larga escala leva à constituição das viagens.

O percurso da pesquisa foi construído através de noções teórico-etnográficas que se apoiam na construção entre o fazer antropológico e as relações e encontros desenvolvidos com e pelos interlocutores. Nesse sentido, procurei observar o desenvolvimento das relações criadas com os sujeitos dessa pesquisa, como os arranjos criados pelos próprios sujeitos em suas relações e trocas nas diversas esferas de ação. Nesse caminho, pensar em outras noções de cidade a partir das práticas produzidas por esses sujeitos, para além da perspectiva de fatores resultantes de uma ordem macrológica. O que podemos entender como uma antropologia da cidade. Neste panorama, desenvolvi juntamente aos redeiros os entendimentos de assimilação e atualização que desenvolvem sobre os deslocamentos que constroem. Desta forma, indo em busca dos métodos e práticas que os redeiros utilizam para criarem suas sociabilidades na forma como se movimentam. Minha pesquisa debruçou-se então no processo de distribuição desse circuito em Belo Horizonte e região metropolitana buscando, a partir do contato direto com os redeiros, desenvolver um olhar sobre moradia e trabalho através da perspectiva da mobilidade. Mobilidade essa, que informa tanto sobre os fluxos do circuito como sobre o modo de vida dos redeiros. Traçando as trajetórias individuais dos redeiros foi possível compreender como cada redeiro articula seu processo de venda, organiza e percebe as viagens e os deslocamentos comerciais.

Entrar para o circuito e vender os objetos abrange a perspectiva para os redeiros em ganhar mais do que em empregos de carteira assinada. A profissão que se entende como vendedor ambulante que transita por diversas cidades, possibilita também a oportunidade e a vontade de pegar viagem e cair no mundo, passando algum tempo em outros *cantos*. Deslocar-se entre cidades e passar tempos distintos em cada localidade influencia a noção que os redeiros tem de moradia, de casa. Temos muitas vezes a noção de casa como lugar da fixidez. Contudo o que observamos no caso dos redeiros é que essa noção não só é alternada como também é muitas vezes desconstruída. A primeira noção que tiramos é que em seus entendimentos sobre a casa, as assimilações dos lugares como sendo de trabalho ou de descanso podem não influenciar na construção de onde fica a morada. O lugar da casa pode

estar atrelado, nesse caso, a outras percepções que envolvem o tempo de estadia no lugar ou no próprio tempo fora dela. A quantidade de tempo que se passa em um lugar influencia essa construção. Passar mais tempo aqui ou lá pode definir essa noção. Ou ainda, podemos entender também a composição de estar entre cidades como passar mais tempo na indefinição do que em referências concretamente concebidas. Retoma-se aqui a observação de Brognoli (1990) de que aquilo que importa não são os pontos de fixação, mas o deslocamento construído, onde mobilidade e fixidez se constroem mutuamente. Como vimos também na fala de Guilherme, “Eu sei assim, minha casa é aqui e lá!”. A propriedade, nesse sentido, pode não pré estabelecer o sentido de casa.

Estar entre cidades na condição do que podemos chamar de sujeitos móveis proporciona, como vimos nas falas de João, passar mais tempo no mundo do que em casa. A referência da casa pode estar localizada na medida em que se cria a relação de permanência em algum lugar, mas ao mesmo tempo disputa com a duração de viver mais no mundo. Viver no mundo possibilita o lugar do desconhecido, da experimentação, dos riscos, e do aprendizado. A impermanência do mundo oferece ao sujeito situações não antes vislumbradas onde, portanto, se aprende a viver. O que Guedes (2011) nos remonta à “cultura da andança” ou “centenária tradição de mobilidade sertaneja”. Estar em viagem nesse sentido não conjuga em romper com as relações previamente estabelecidas na vida, mas concorre com uma disponibilidade subjetiva em mover-se, em desprender-se. Nesse sentido, as condições de precarização ou a falta de empregos na localidade em que se encontram não respondem totalmente os motivos e às implicações dos deslocamentos promovidos por esses sujeitos. Como elucida Guedes (2011), as condições que a cidade onde se está localizado oferece podem servir aos propósitos ‘aventureiros’ desses sujeitos, mas não respondem sozinhas pela emergência da disposição ao deslocamento.

Podemos concluir que o circuito dos redeiros atualiza essa tradição. O circuito desenha seus caminhos pelo país, consolidando em diversas localidades, as redes de informação e infraestrutura para o funcionamento do mesmo. Os trajetos estão “desenhados” constituindo-se nos melhores lugares de venda. Desta forma, consiste portanto em um deslocamento próprio do circuito, onde a itinerância está circunscrita aos caminhos que os objetos comercializados abriram.

Nesse sentido, não cabe contextualizar os redeiros como migrantes que partem do Nordeste para o Sul do país, a partir do único movimento de saída e de chegada em busca de pura subsistência. Olhar os movimentos do circuito pelo viés da neutralidade e da naturalização dos deslocamentos desvincula do sujeito quaisquer motivações de ordem

objetiva ou intersubjetiva que o levem a se movimentar. As pesquisas que se voltam ao estudo de mobilidades devem comprometer-se aos acionamentos, agências e as práticas desejadas pelos indivíduos a se moverem.

Nesta pesquisa foi possível observar também as relações que estabelecem redeiros e fiscais ao nível da rua no que trata o comércio ambulante. Mesmo com a proibição do comércio ambulante em Belo Horizonte, salvo aqueles especificados no Código de Posturas (o que não inclui as atividades dos redeiros), o que se tem nos encontros entre redeiros e fiscais, na maioria das vezes, é um tipo de relação negociada. Tanto fiscais como os redeiros se dispõem, em alguns momentos, a entrar em acordo para que a lei sancionada não prejudique a atividade laboral do vendedor ambulante. Como apontou Araújo Filho (2016) a necessidade de negociação com os vendedores ambulantes (camelôs) faz parte de uma condição estruturante para a funcionalidade da fiscalização. Assim também como ressalta Rabossi (2011), esses processos contraditórios inerentes às tentativas de formalização de práticas informais revela uma produção legal da precariedade quando os marcos normatizadores não dialogam com construções estabelecidas nas ruas. O que temos então é que os estudos sobre os circuitos comerciais, que se inserem no país e internacionalmente, devem observar a fluidez em que as atividades circunscritas promovem entre o legal e ilegal, sem que assim se acionem categorias dicotômicas e/ou classificatórias. Os mercados e circuitos comerciais nos mostram a presença de procedimentos formais e informais compondo o funcionamento dos mesmos. Configurando assim o circuito dos redeiros, que envolve a produção legal das mercadorias e que na ponta, em sua distribuição, atribuem-se características típicas de um comércio ilegal.

O que pretendo deixar como questionamentos futuros é como colocar em pauta, em vias de discussão com a administração da cidade, a questão do comércio ambulante pela perspectiva de suas especificidades. As concepções de higienização e revitalização das cidades juntamente aos olhares voltados ao comércio ambulante como degradantes e desleal, não contribuem para a formação de formulações e estudos amplos que envolvam atribuir à paisagem da cidade esses circuitos e mercados já consolidados pelo país. Temos que algumas atividades em logradouro público são aceitas e outras não. Ora, se pesquisas como essa apontam para as bases e o desenvolvimento dos circuitos dos redeiros, onde indivíduos e famílias estabelecem seu modo de vida consolidado em uma tradição, porque essas práticas não podem ser aceitas nas normas e posturas da cidade? Voltamos ai portanto, no questionamento sobre o porque algumas práticas podem ser socialmente aceitas e outras não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. A cidade dos antropólogos. In: AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. Editora Terceiro Nome. São Paulo. 2011.
- AGUIAR, Ana Lúcia de Oliveira. *Caminhos do trabalho informal: Trabalhadores na região da rua 25 de março na cidade de São Paulo*. 3º Seminário de Pós-Graduação em Sociologia de UFSCar. GT 2 – Trabalho, mercados e mobilidade. Abril, 2012.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Norte versus Sul. In: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife FJN, Editora Massangana; São Paulo: Corez, 1999.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva social*. Eduff. 2015
- ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. *A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da prefeitura de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. UFSC. São Carlos. 2016
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA) *Código de ética do Antropólogo e da Antropologia*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/codigo-de-etica> Acessado em: 21 de novembro de 2016.
- BECKER, Howard S. Conceitos. In: BECKER, Howard S. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro 2007.
- BRASIL. Lei nº 8.816 de 14 de julho de 2003. Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.doevento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&lang=pt\\_br&pg=6480&tax=12157](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.doevento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&lang=pt_br&pg=6480&tax=12157) Acesso em: 12 de maio 2017.
- BROGNOLI, Felipe Faria. Com a cara no mundo: seguindo os rastros de nômades urbanos. In: MARQUES, Ana Claudia. BROGNOLI, Felipe Faria; Villella, Jorge L Mattar. *Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento*. Itajaí. Ed UNIVALI, 1999.
- CARRIERI, Alexandre de Pádua; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MUTRA, Ivana Benevides Dutra; MENDONÇA, Milena Cristiane Nascimento. *Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte*. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte. 2008
- CÓDIGO DE POSTURAS DE BETIM: Disponível em: [http://www.dpurb.betim.mg.gov.br/site/wpcontent/uploads/downloads/2011/08/CODIGO\\_POSTURA.pdf](http://www.dpurb.betim.mg.gov.br/site/wpcontent/uploads/downloads/2011/08/CODIGO_POSTURA.pdf) Acesso em 3 de setembro de 2017.
- CÓDIGO DE POSTURAS DE CONTAGEM. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-contagem-mg> Acesso em 3 de setembro de 2017.
- CÓDIGO DE POSTURAS DE SANTA LUZIA Disponível em: <http://www.santaluzia.mg.gov.br/images/durbano/codigo-de-posturas/Lei%20n%C2%BA%201545.pdf.%20Codigo%20de%20postura.pdf> Acesso em 3 de setembro de 2017.
- CUNHA, Elisa Ribeiro Alvares da. *Famílias do ramo de rede: tecelagem, negócio e viagem no sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte*. 2006. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) Seção 1 N° 98, terça feira, 24 de maio de 2016. p. 44-46. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2016/05/24/Secao-1?p=4> Acessado em: 21 de novembro de 2016.

DISPOE SOBRE E REGULAMETAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM MATEUS LEME. Disponível em: <http://www.mateusleme.mg.gov.br/index.php/noticias/513-prefeitura-de-mateus-leme-regulamenta-atividade-de-comercio-ambulante-no-municipio> Acesso em 3 setembro 2017.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Editora Marco Zero. 1990

GUEDES, Andre Dumans. *O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no norte de Goiás*. Tese Doutorado. UFRJ. 2011

HOCKEY, Jenny; FORSEY, Martin. Ethnography is not participant observation: reflections on the interview as participatory qualitative research. In. SKINNER, Jonathan (edited). *The interview: an ethnographic approach*. ASA Monographis 49. BERG ed. London. New York. 2012.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda Almeida. *Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte*. Caderno CRH, vol. 23, n 60, setembro-dezembro, p. 605-617. UFBA. Salvador. 2010

JOSEPHIDES, Lisette. Finding and mining the talk: negotiating knowledge and knowledge transfer in the field. In. SKINNER, Jonathan (edited). *The interview: an ethnographic approach*. ASA Monographis 49. BERG ed. London; New York. 2012

LATOUR, Bruno. Primeira fonte de incerteza: não há grupos, apenas formação de grupos. In. LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. Terceira fonte de incerteza: os objetos também agem. In: LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012 400p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol. 17 n° 49 p.11-29 2002.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Invenção da migração. Relatório de Pesquisa. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Programa de pós-graduação em antropologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1977.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF\_FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RABOSSI, Fernando. *Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este*. Etnográfica. 15 (1) p. 83 – 107. 2011

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte. Autentica. 2007

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. Rio de Janeiro. E-papers Serviços Editoriais. 2012

SILVA, Daniel do Nascimento. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Campinas, SP. 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Gabriel Borges da; FREIXO, Alessandra Soares. *Camelôs, autoridade e Mercado Popular de Uruguaiana: uma análise sobre a precariedade na utilização do espaço público*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de antropologia. Natal. 2014

SILVA, Hélio Raymundo Santos. *A situação etnográfica: andar e ver*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188. jun/dez 2009.

TELLES, vera S. A fronteiras da lei como campo de disputas. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera S. *Ilegalismos na globalização: migração, trabalho e mercados*. Rio de Janeiro, UFRJ. 2015.

URRY, John; BUSCHER, Monika, WITCHGER, Katian. Mobile methods end the empirical. In: BUSCHER, Monika, URRY, John; WITCHGER, Katian. *Mobile methods*. Routledge. 1 edition. 2011.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In. Bianco, Bela Feldman (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2 ed. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. *A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional*. Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2006.

VICENTE, Marcos Felipe. *O código de posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o código da Vila de Guarany (1898)*. In: XII Semana de História da FECLESC, 2016, Quixadá. Anais da XII Semana de História da FECLESC, 2016.